

**Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Educação – Campus I
Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade
Linha - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável**

**Políticas públicas de lazer no subúrbio ferroviário:
(in)visibilidade na dinâmica da cidade de Salvador**



Luiz Carlos Rocha

Salvador – Bahia

2003



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**

**Políticas públicas de Lazer no subúrbio ferroviário:
(in)visibilidade na dinâmica da cidade de Salvador**

Luiz Carlos Rocha

Ficha Catalográfica
Elaborada pela Biblioteca Central Julieta Carteado

Rocha, Luiz Carlos.
R574p Políticas públicas no subúrbio ferroviário: (in)visibilidade na
dinâmica da cidade de Salvador/ Luiz Carlos Rocha. – Salvador :
[s.n.], 2003.
1- - f.128p : il.

Orientador: Celso Antonio Favero.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do
Estado da Bahia – UNEB. Departamento de Educação. Campus
I. Programa de Mestrado em Educação e Contemporaneidade

Bibliografia.

1. Lazer – Política governamental – Salvador, Ba. 2. Lazer –

LUIZ CARLOS ROCHA

Políticas públicas de lazer no subúrbio ferroviário: (in)visibilidade na dinâmica da cidade de Salvador. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Faculdade de Educação da Universidade do Estado da Bahia, como requisito à obtenção do grau de **MESTRE EM EDUCAÇÃO**, defendida e aprovada em 13 de junho de 2003, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Antonio Celso Favero

Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Orientador

Prof^a Dr^a Stella Rodrigues dos Santos

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Dedico este trabalho a todos os que, em decorrência da inserção de Salvador na trilha da globalização são excluídos das políticas públicas de lazer, estão por trás da máscara urbana, mas acreditam numa sociedade mais justa e humana.

AGRADECIMENTOS

Ao professor doutor Antonio Celso Favero, pela orientação e relevante contribuição teórica;

Aos professores Stella Rodrigues e Victor Melo pelo incentivo e atenção dada ao trabalho;

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

Aos colegas do mestrado pelas discussões teóricas e pelos bons momentos de convívio;

Às funcionárias da pós-graduação Rosana, Gina, Fernanda e Eliene, pela colaboração;

Aos representantes da COEL, CONDER, AMPLA E CEAS, pela contribuição no fornecimento de dados na pesquisa;

A Carlos, Graça e Carla pela incansável disposição em ajudar;

A Valdinei pelo olhar preciso no registro fotográfico;

Aos meus irmãos, sobrinhos, e em especial à minha mãe Dávia e ao meu pai Francisco, pelo carinho e compreensão nos momentos mais difíceis;

A minha esposa Karla, que compartilhou cada momento de alegria, tristeza, angústia, emoção... na construção deste trabalho e que sempre me incentivou a concluí-lo.

Quem Faz Salvador (Marcos Jorge A. Santana)

*quem ama salva,
quem faz constrói,
quem ama não destrói,
quem ama Salvador faz.*

*apesar da extensão das terras de Salvador,
doadas que foram para o seu povo,
a cidade sofre da não existência de espaço,
para o pobre morador.*

*mas esse mesmo, que sabe como fazer, fazedor,
ocupa, desocupa, tira de si a culpa,
faz e mora em Salvador.*

*paus e pedras como defesa e armação,
arrumados para a construção,
tendo o barro como vedação,
de casas de pau a pique, como solução.*

*salva um, salva dois, Salvador,
acolhem e protegem uma multidão:
setenta por cento da população!*

*sem engenheiro ou arquiteto,
com intuição e criatividade,
eles constroem o seu teto,
sem auxílio da universidade.*

*na seqüência do desenho lógico,
fazem juntos a habitação,
espalhados pela cidade,
na surdina, em mutirão.*

*os recursos são poucos,
mas, pelo milagre da multiplicação,
eles, em pequenos passos,
dão ao que estava desocupado uma nova feição,
e assim crescem as ocupações,
dando origem a novos bairros,
formando os grandes bolsões,
a espera de reparos.*

*povo forte, unido e trabalhador,
logo consegue água pra beber,
e, com uns gatos, dá luz a Salvador,
sua cidade, sem lhe pertencer.*

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as políticas públicas de lazer no município de Salvador, pretende entender os processos que levam à sua elaboração e implementação. Com enfoque centrado no bairro de Plataforma, subúrbio ferroviário de Salvador, a pesquisa visou identificar/desvelar como são pensadas e executadas as políticas públicas de lazer na cidade; qual a sua concepção; e onde, quando e para quem elas são feitas. Após uma reflexão dos conceitos de “políticas públicas” e “lazer” buscou-se, através de levantamentos documentais, observações e entrevistas semi-estruturadas com dirigentes de órgãos oficiais (COEL/CONDER) e representantes de entidades populares (AMPLA/CEAS), abordar o papel do poder municipal na construção de programas públicos de lazer mais democráticos, capazes de distribuir e redistribuir os recursos da cidade atendendo, prioritariamente, as populações mais vulneráveis e excluídas da sociedade garantindo, a estas, o acesso e o direito às práticas e espaços de lazer.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Lazer; Educação; Subúrbio.

ABSTRACT

This work aims at analyzing leisure public policies in the city of Salvador and intends to understand the processes which lead to their elaboration and implementation. Focusing upon the district of Plataforma, a commuter suburban area, the research aims at identifying/revealing how leisure public policies are planned and executed in the city, what their conception is, and where, when and for whom they are carried out. After a reflection upon the concepts “public policies” and “leisure”, this work approaches the role of the municipal power in the construction of more democratic leisure public policies, capable of distributing and re-distributing the city’s resources, giving priority to the most vulnerable and socially excluded populations so that they are provided with access to leisure practices and space.

Keys-words: Public Policies; Leisure; Education; Suburb.

Lista de Siglas

AMPLA – Associação dos Moradores de Plataforma

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

COEL – Coordenadoria de Esporte e Lazer

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

FABS – Federação das Associações de Bairros de Salvador

SETRADS – Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Visão área do Subúrbio Ferroviário de Salvador.

Foto 2 – Meninos brincam e tomam banho nas águas poluídas da Baía de
Todos os Santos, Subúrbio Ferroviário 97

Foto 3 – Lixo e descaso na região do subúrbio 109

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER	22
1.1 Os elementos do debate a respeito de políticas públicas	22
1.2 Políticas públicas de lazer: um olhar sobre a realidade brasileira	40
2. DISCUTINDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM SALVADOR	51
2.1 O local como espaço de reprodução da “globalização perversa”	51
2.2 O subúrbio ferroviário no debate da cidade (in)visível	61
3. CONSTRUINDO O PERCURSO METODOLÓGICO	77
4. OS DIFERENTES OLHARES DOS ATORES SOCIAIS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO SUBÚRBIO	87
4.1 O vazio legal	87
4.2 Políticas de lazer em Salvador: equívocos e contradições	99
4.3 Um olhar da cidade invisível	106
4.4 O olhar do outro	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	122
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo as políticas públicas de lazer em Salvador e pretende conhecer os processos através dos quais elas são elaboradas e implementadas na cidade. Busca-se, ainda, entender os fundamentos teóricos dessas políticas, os sujeitos políticos que as fazem, como fazem e para quem são feitas.

Sob o enfoque das políticas públicas, procura-se identificar/desvelar os projetos e planos executados no âmbito do lazer na região periférica da cidade – denominada subúrbio ferroviário – para, a partir de um olhar centrado no bairro de Plataforma, discutir o papel do poder público municipal na construção de programas democráticos capazes de atender com planejamento estratégico, distribuição e redistribuição dos recursos, abertura de espaços à participação do cidadão, às demandas da comunidade local.

Vale ressaltar, que este debate vem ganhando força no seio da sociedade brasileira, principalmente nas últimas décadas, em virtude das transformações ocorridas no mundo, decorrentes da globalização; do processo de redefinição do papel do Estado; da reorganização da sociedade civil que reivindica mais direitos; e, finalmente, do entendimento do lazer enquanto direito social e possibilidade de melhoria da qualidade de vida da população.

Entretanto, apesar do crescimento das discussões nessa área de conhecimento, ainda tem sido pequena a contribuição acadêmica no âmbito da análise das políticas públicas de lazer, sobretudo na cidade de Salvador, demonstrando a necessidade e a importância de estudos e pesquisas dessa natureza.

Para alcançar o objetivo proposto foram selecionados, ao longo da construção deste trabalho, alguns pressupostos que permeiam o debate e que norteiam a pesquisa. São eles: 1. a oferta de serviços prestados pelo poder público municipal é assistemática e descontínua, não havendo uma sistematização quanto à implementação e operacionalização das atividades de lazer; 2. as políticas públicas de lazer em Salvador são marcadas por uma cultura burocrático-autoritária e por uma herança conservadora e clientelística; 3. inexistente no Brasil, particularmente em Salvador, uma política de lazer bem definida capaz de articular e atender aos diferentes interesses e necessidades da população.

Sendo assim, a investigação das políticas públicas considera três questionamentos centrais: as políticas públicas de lazer implementadas pela administração da cidade de Salvador expressam, em seus projetos e planos de ação, as demandas e necessidades manifestadas pelas comunidades? As políticas públicas de lazer são usadas como um instrumento democrático capaz de estimular o exercício da cidadania? Como são as atividades de lazer oferecidas pelo poder público municipal no que se refere à sua implementação e operacionalização?

A opção pela discussão das políticas públicas de lazer em Salvador não se deu por acaso. Ela decorre de uma série de fatores que, ao longo da trajetória acadêmica e profissional, foram se avolumando e inquietando este pesquisador, a ponto de estar, hoje, discutindo essa temática.

Desde 1998, quando do ingresso na pós-graduação *lato-sensu*, está-se estudando o assunto com o intuito de tentar entender as relações que ocorrem neste campo tão complexo da sociedade que apresenta discursos variados, os quais apontam para um distanciamento muito grande da realidade, principalmente, entre o que é dito

pelo poder público municipal, e o que é feito concretamente por ele, através das suas ações redundando, muitas vezes, em projetos e programas desarticulados da realidade vivenciada pela comunidade soteropolitana.

A escolha pela periferia de Salvador, mais especificamente pelo bairro de Plataforma, localizado no subúrbio ferroviário, explica-se pelo fato de ser esta região normalmente pouco assistida pelo poder público nas questões mais simples, como: saúde, educação, segurança, infra-estrutura, lazer, e demais direitos sociais, e que, ironicamente, estão previstas na Constituição Federal e em uma série de outros documentos, inclusive municipais, como direitos de todos os cidadãos mas que, na prática, não são assegurados.

Além disso, o bairro de Plataforma é também conhecido por sua rica contribuição histórica no processo de formação da cidade de Salvador. Com uma população estimada em aproximadamente 50.000 pessoas, Plataforma tem, hoje, um grande contingente populacional que, em virtude da ausência de uma melhor assistência social, política, econômica e cultural por parte dos poderes públicos apresenta altos índices de violência, criminalidade, desemprego e, principalmente, tráfico de drogas, conforme recente reportagem do Jornal A Tarde, denominada “Drogas no subúrbio: uma guerra sem fim”¹, que diz:

O tráfico de drogas é o principal gerador da criminalidade no subúrbio ferroviário de Salvador. Apesar das estatísticas da polícia apontarem que apenas 66 dos 2.670 crimes registrados este ano no local são classificados como tráfico, autoridades e até a própria população atestam que 90% deles são relacionados às drogas e este é o principal motivo fomentador da violência na região [...]. Na opinião de Antonio Braz, morador em Plataforma há mais de 20 anos, há um

¹ A Tarde, Salvador, 1º dez. 2002. Coluna Polícia.

completo descaso com o subúrbio ferroviário. “Não temos área de lazer nem políticas efetivas”, destacou.

Tendo como base este quadro freqüentemente veiculado nos meios de comunicação e nos trabalhos acadêmicos de muitos intelectuais, dentre eles os professores Serpa (2001) e Garcia (2002), é que se optou por compreender melhor esta realidade e conhecer as ações do poder público local neste espaço, através da implementação de suas políticas públicas de lazer.

Deste modo, a partir da questão das políticas públicas de lazer como direito social, procurou-se buscar uma outra cara da cidade de Salvador que, encoberta pelos discursos oficiais e pela mídia “comprometida” com os interesses econômicos e políticos hegemônicos. Não aparece, a não ser de maneira sensacionalista e distorcida, banalizando a violência e justificando as várias ocorrências existentes diariamente no subúrbio, muitas delas em consequência da falta de oportunidades e pela ausente ação do poder público municipal e estadual.

Fala-se, portanto, da cidade invisível citada por Espinheira (2001), Paraguassu (2001) e Serra (2001), dentre outros, que, camuflada, representa a verdadeira identidade da cidade de Salvador, que longe de ser bonita, alegre, harmoniosa, é, antes de tudo, feia, triste, cruel e violenta, marcada por relações de desigualdades sociais que se expressam no preconceito econômico, racial, cultural, político.

Sendo assim, considerando as questões levantadas sobre a invisibilidade e a visibilidade da cidade de Salvador e as suas estratégias de assimilação e articulação das diferentes manifestações que se expressam no espaço urbano, é que foi escolhido o Subúrbio Ferroviário, e mais especificamente o Bairro de Plataforma, para analisar e compreender as políticas públicas de lazer em Salvador.

Pretende-se, assim, entender as singularidades que cercam os processos de elaboração das políticas públicas de lazer na cidade e que contribuem para a construção da Salvador invisível, tão presente no cotidiano e constantemente ocultada por seus dirigentes e moradores.

Elegeu-se, ainda, outros pontos relevantes na escolha deste espaço de investigação: o primeiro trata da importância do Subúrbio na história de Salvador, principalmente no que se refere ao processo de formação da sociedade baiana e brasileira; outro aspecto é a possibilidade de entender a dinâmica da cidade no contexto da globalização; e, por fim, devido a ser o subúrbio ferroviário parte integrante da chamada periferia da cidade, que geralmente sofre a falta de assistência do poder público.

Sendo assim, Plataforma, constitui um espaço significativo do subúrbio. Poder-se-ia até dizer de outros lugares da cidade que “excluídos”, acumulam todas as mazelas oriundas de um sistema perverso preocupado em atender exclusivamente ao mercado, que se fortalece no espaço público, sobretudo pela ausência do poder oficial junto à sociedade, conforme comenta Santos (2000):

Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.

Portanto, busca-se identificar, no decorrer deste trabalho, os processos e as estruturas através das quais são elaboradas e implementadas as políticas públicas de lazer na cidade. Os fundamentos teóricos e os sujeitos políticos que as fazem, como as fazem e para quem eles as fazem. Com isso, verificou-se se as intervenções políticas

feitas pelo município no âmbito do lazer representam a busca da superação dessas relações de subordinação ao sistema dominante, através de ações que permitam a construção de práticas de lazer críticas, democráticas, que estimulem a cidadania, a melhoria da qualidade de vida da população, ou se essas ações representam a concretização de um projeto ideológico por parte do poder municipal, que apresenta um discurso da igualdade, da melhoria da qualidade de vida, mas que vinculado ao projeto hegemônico e aos seus objetivos, acaba promovendo o aumento das desigualdades sociais.

Salvador², com seu vasto acervo cultural arquitetônico e a grande extensão litorânea coloca-se, hoje, como uma das mais importantes capitais do país. Sobretudo pelas suas ricas características naturais e culturais, o que tem promovido um aumento do fluxo de turistas e, conseqüentemente, da atividade do turismo na região.

Conhecida mundialmente pela sua diversidade cultural e turística, Salvador abriga, desde o início da sua história, diversos grupos étnicos que convivem entre si, expressando-se de diferentes formas nos tempo e espaço sociais, destacando-se no campo da religião, da economia, da política, do lazer. Isto proporciona singularidades que se destacam de outras cidades do Brasil. Tais singularidades são representadas, por um lado, pela diversidade de manifestações culturais, culinária, carnaval, turismo,

² Segundo Roberto Albergaria, Antropólogo e professor da UFBA, "Salvador foi planejada em Portugal, para ser uma fortaleza. Os fortes foram construídos em pontos estratégicos, cumeeiras da cidade. Somos uma Lisboa e a sinuosidade existente nas ruas da cidade ficam por conta de sua topografia e localização. Depois do século XVI, a população deixa as cumeeiras e vai para a Cidade Baixa, para a Península Itapagipana, que também tem áreas organizadas por quadras. Com a inauguração da av. 7 de Setembro, buscamos ser uma Paris. Em seguida, veio a época dos edifícios, quando a moda era parecer com os Estados Unidos e isso se confirma com os bairros da Barra e Pituba. Agora, vivemos a busca do modelo Miami, com o Aeroclub Plaza Show. Mas o caos dessa sinuosidade também é criativo. A cidade explode pela sinuosidade desordenada, criativa, mas espontânea. O problema é que a prefeitura se limita a administrar a desordem e tem que manter o lado bonito de Salvador para vender a imagem de cidade turística e isso favorece a desordem cultural predadora". A Tarde, Salvador, 6 de maio 2001. Coluna Lazer & Informação.

praias, arquitetura; e, por outro, pelos altos índices de desigualdade social verificados na educação, na saúde, no desemprego, na favelização da cidade, na desorganização espacial.

Essas características indicam que um entendimento adequado sobre a organização espacial e social da cidade e de suas políticas de lazer requer a compreensão da dinâmica que envolve sua estrutura, e que estão expressas nas atitudes cotidianas dos atores políticos da cidade.

Segundo Corrêa (1989), “o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais [...]”. Sendo assim, o “espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”.

Em Salvador, as interações entre presente e passado são constantes. Marcada pela contradição, ela tem sido estruturada hegemonicamente a partir das relações capitalistas; porém, com um forte componente de proximidade com o local, identificado nas diferentes manifestações que ocorrem nos espaços da cidade, dando a esta, características muito singulares, que não podem ser entendidas por uma lógica simplista.

Neste sentido, o poder público – enquanto um dos principais atores políticos da cidade – poderia estar atento a essa realidade, analisando o contexto social e os princípios que devem nortear uma política pública de lazer como algo importante na construção de ações mais democráticas, que atendam efetivamente às necessidades da comunidade local, independente das condições sócio-culturais e político-econômicas dos seus sujeitos.

Deste modo, este trabalho está estruturado como segue:

No primeiro capítulo, faz-se uma breve retomada histórica a partir do século XIX, em torno de algumas idéias sobre o Estado, abordando também as concepções diferenciadas concernentes às políticas públicas, com a finalidade de apresentar um quadro atualizado da discussão. No final opta-se pelo que defende Teixeira (2002) no que diz respeito às políticas públicas como direito e apoio teórico para as análises das intervenções do município no subúrbio, por tratar-se de um conceito que discute a realidade a partir do local. Este capítulo ainda apresenta o cenário das políticas públicas de lazer na sociedade brasileira, enfocando a forma que essas assumem na cidade de Salvador.

No segundo capítulo, está delineado a partir dos estudos realizados por Leiro (2001); Vitte (2002); e Serpa (1998; 2001), o debate sobre a formação da cidade entendida para além da arquitetura, mas como local onde se agrupam pessoas, corpos, empresas e objetos. Também se situa o subúrbio da cidade de Salvador, enfocando o bairro de Plataforma, campo empírico deste trabalho.

O caminho percorrido em termos metodológicos para alcançar o objetivo proposto é descrito no terceiro capítulo em que estão explicitados os instrumentos de levantamento dos dados de campo e a justificativa da escolha.

O quarto capítulo apresenta, analisa e interpreta os dados coletados no trabalho de campo, a partir dos documentos, observações e entrevistas, tendo como eixo orientador da análise as categorias de políticas públicas e de lazer categoria central conforme está explicitado no referencial teórico desta pesquisa.

Por último, são apresentadas as considerações finais que retomam o trabalho e apontam algumas pistas para inspirar a implementação de políticas públicas de lazer no

âmbito da cidade de Salvador, em especial no subúrbio ferroviário, considerando a participação como forma legítima de ampliação da democracia.

Deste modo, mesmo tendo a clara percepção das limitações de uma dissertação como esta, que não tem a finalidade de trazer a verdade absoluta, espera-se contribuir para o aprofundamento das discussões em torno das políticas públicas de lazer na cidade de Salvador, apontando suas fragilidades e contradições no que se refere ao processo de democratização das oportunidades e garantia de acesso aos espaços de lazer, sobretudo às parcelas mais excluídas e discriminadas da população soteropolitana.

1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER

1.1 Os elementos do debate a respeito de políticas públicas

A discussão em torno das políticas públicas tem-se aprofundado ao longo das últimas décadas ganhando formas diversificadas de pensamento que estão relacionadas às novas conjunturas políticas e econômicas da sociedade mundial.

Neste sentido, o presente capítulo trata de apontar a configuração das diferentes formas que o Estado foi assumindo historicamente, mostrando as concepções de políticas públicas daí decorrentes. A partir de uma revisão da literatura sobre as políticas públicas brasileiras, buscou-se indicar as referências que as conceituaram como residuais, instrumentalizadas pelos interesses do mercado, até chegar ao conceito de políticas públicas que servirá de base para a compreensão de políticas públicas de lazer em Salvador.

Desde o final do século XIX e início do XX prevaleceu, sobretudo no campo político, a hegemonia das idéias liberais que defendiam a existência de um Estado mínimo³ responsável apenas em assegurar a ordem e a propriedade. Para os liberais, o mercado era o “regulador natural das relações sociais; a posição ocupada pelo indivíduo na sociedade era percebida conforme sua inserção no mercado” (CUNHA;

³ “O Estado Mínimo caracteriza-se pela menor participação (intervenção) do Estado na sociedade. Segundo Boaventura de Sousa Santos, o Estado Mínimo foi totalmente dominado pelos interesses do capitalismo global. Foi a fase áurea do neoliberalismo, onde o movimento sindical foi fustigado pela desagregação da legislação fordista e, rápida e violentamente, posto na defensiva. A esquerda marxista, que desde a década de sessenta criticava o Estado Providência, sentiu-se desarmada para defender os novos movimentos sociais, ciosos da sua autonomia em relação ao Estado e interessados em áreas de intervenção social consideradas marginais pelo bloco corporativo que sustentava o Estado Providência” (SANTOS, 200-).

CUNHA, 2002). Tal perspectiva colocava a questão social na dependência do processo produtivo, que se expressava na exclusão das pessoas, tanto no que diz respeito à produção quanto ao usufruto de bens e serviços necessários à própria reprodução.

Com a crise econômica de 1929, surgiram novas relações entre capital e trabalho, entre estes e o Estado, que mostraram os limites do mercado como mecanismo regulador, resgatando o papel do Estado como mediador civilizador, com capacidades e poderes políticos de interferência nas relações sociais. Decorre daí o surgimento da política pública como uma estratégia de intervenção e regulação do Estado para atender à demanda social.

Assim, as políticas públicas passam, neste contexto, a serem entendidas como respostas do Estado às demandas que emergiam da sociedade e do próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo. A política pública passa a significar:

Linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual.

O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo e devendo ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos". ((PEREIRA CITADA POR CUNHA; CUNHA, 2002, p.12).

Nesse processo de discussão, as primeiras informações sobre o público davam conta de que a sua competência era ocupar os espaços que não eram privados, ou

seja, “o setor público faz o que o setor privado não quer, ou não deveria fazer” (DEMETER citado por JOVCHELOVITCH, 2000).

É evidente que essa argumentação não é suficiente para justificar a diferença entre esses dois campos, já que, numa sociedade complexa como a que se tem e influenciada por diversos fatores - sociais, econômicos e culturais - essa discussão ganha um componente político e ideológico, sendo que a definição do que vem a ser uma coisa ou outra, depende das relações de poder que os diferentes grupos sociais expressam.

Partindo dessa premissa, pode-se caracterizar o setor público como o espaço coordenado por variados grupos de interesse que na sociedade disputam a hegemonia no processo decisório das ações. O setor público é, portanto, o espaço onde se visa o interesse comum, coletivo, que deve estar disponível a todos. Contrariamente, o setor privado busca a satisfação dos interesses de pessoas ou grupos que querem ter seus desejos atendidos, ainda que isso beneficie a poucos. O setor privado vende serviços que atendem ao interesse individual de quem os consome e é caracterizado por três princípios básicos: 1. obtenção do lucro; 2. eficiência econômica; e 3. as relações de propriedade.

Tem-se, portanto, diferentes tipos de políticas públicas nos mais variados setores da sociedade: a econômica, a ambiental, a educacional, a de ciência e tecnologia, a de lazer, entre outras, que se caracterizam por serem “um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos e normas de caráter permanente que orientam a atuação do poder público em uma determinada área” (CUNHA; CUNHA, 2002).

Nesse processo, o Estado, como um dos principais atores políticos, tomou para si a responsabilidade de formular e executar políticas públicas, tornando-se um espaço

permanente de lutas pelas conquistas sociais, sobretudo no final do século XX, com as transformações sofridas pela sociedade.

De acordo com Bucci (2002) uma das dificuldades de se trabalhar com o conceito de política pública é que, sendo este concebido como criação do Estado de bem-estar – não só na visão dos neoliberais, mas também na de outros autores – seria discutível definir o Estado contemporâneo como “fundamentalmente, Estado implementador de políticas públicas”, sobretudo no fim da era do estado de bem-estar.

Para a autora, este é um ponto central a discutir: se as políticas públicas são uma forma de intervenção do Estado – típica do Estado de bem-estar dos anos 50 e 60, caracterizadas pelo forte intervencionismo estatal, pelo planejamento e pela presença do direito público, para promoção de “programas normativos finalísticos” – ou se, embora “inventadas” sob a égide do dirigismo estatal, o seu esquema conceitual permanece válido para explicar e orientar o processo político-social, numa época que se pretende marcada não mais pela subordinação de indivíduos e organizações ao Estado, mas pela coordenação das ações privadas e estatais sob a orientação do Estado.

Morand citado por Bucci (2002), apresenta uma série de modelos de Estado que se caracterizam por diferentes maneiras de intervir sobre a esfera privada. Comenta sobre um direito do Estado-providência, baseado na idéia de prestações do Estado (serviços públicos); um direito do Estado-propulsivo, centrado nos programas finalísticos; um direito do Estado reflexivo, cuja expressão são programas relacionais; e, finalmente, um direito do Estado incitador, fundado em atos incitadores, que combinam norma e persuasão.

Essas diversas formas de intervenção são utilizadas ao mesmo tempo, fazendo conviver Estado liberal, Estado intervencionista, e Estado propulsivo, em um mesmo espaço. Isso justifica a aplicação de determinadas ações em alguns setores, como por exemplo, nas áreas urbanística e ambiental, a implementação de programas finalísticos, mostrando que a adoção de determinado modelo de políticas públicas está diretamente relacionada ao tipo de estado vigente.

Com a criação das constituições no século XX, surge o Estado social, que não é sinônimo do Estado de bem-estar do pós-guerra, mas o resultado de direitos constitucionais assegurados nas cartas políticas nacionais, decalque da economia e das transformações ocorridas na sociedade, visando a garantir a execução dos programas constitucionais, principalmente num período de globalização, cujas oscilações econômicas no âmbito nacional e internacional são freqüentes, e quando o Estado nacional perde espaço e força.

Mesmo assim, as políticas públicas são válidas para o esquema conceitual do Estado social, que absorve algumas características do Estado de bem-estar, dando a este novo sentido: agora não mais de intervenção sobre a atividade privada, mas de diretriz geral, tanto para a ação de indivíduos e organizações, como do próprio Estado.

Segundo Schmidt (1996), o Estado passa por um processo de redefinição do seu papel em decorrência das variações ocorridas no mundo globalizado que implicam na superação do modelo clássico de Estado, a partir de um ajuste estrutural que tem por finalidade a diminuição do tamanho do mesmo sem, necessariamente, diminuir seu poder de intervenção e, principalmente, a sua capacidade de competitividade.

Também chama a atenção para os avanços democráticos que ocorreram no país, principalmente depois da Constituinte de 1988, mostrando que o desafio agora

reside em fortalecer as políticas compensatórias com a instalação da democracia participativa, buscando a criação de um Estado Moderno capaz de conciliar os interesses individuais e coletivos e de cuidar dos problemas sociais sem esquecer as relações com o mercado.

De acordo com Soares (2000, p. 12-13), o ajuste estrutural neoliberal:

Não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais. Passa a existir um outro projeto de “reintegração social”, com parâmetros distintos daqueles que entraram em crise a partir dos anos 70. Os pobres passam a ser uma nova “categoria classificatória”, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de “pobre” por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação [...].

Em síntese, esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo.

Nos últimos anos, diante desse quadro de constantes transformações, a sociedade brasileira tem pressionado os governos municipais a assumirem novas posturas e novas responsabilidades, principalmente no âmbito das políticas públicas que incidem sobre a qualidade de vida⁴ dos cidadãos, particularmente dos mais pobres,

⁴ Segundo Selene Herculano (...) qualidade de vida” {...pode ser} definida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, hígidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como a preservação de ecossistemas naturais” (Herculano citado por Ultramari, 2002).

que demandam maior atenção por parte do poder público para terem suas necessidades básicas atendidas, a exemplo da saúde, educação, trabalho, lazer.

No Brasil, a partir de meados dos anos 80, muitas experiências inovadoras têm sido apresentadas demonstrando a capacidade dos governos locais atuarem em áreas que, antes, não eram da sua competência, alcançando bons resultados, sobretudo pela abertura dos espaços para a participação popular na elaboração dessas políticas.

Essas formas de organização caminham para a superação do tradicional modelo centralizador, hierárquico e rígido das normas e programas encontrados nos espaços de atuação do poder público, e buscam uma gestão social e moderna através de modelos flexíveis e participativos, mais horizontalizados, menos verticalizados, envolvendo a participação popular na elaboração das políticas públicas.

Ocorre, portanto, no Brasil, um processo de reforma institucional que se caracteriza pela descentralização e municipalização das políticas públicas nas diferentes cidades, levando a profundas mudanças nas instituições e no debate sobre o papel e a gestão dos municípios, resultando em novas formas de organização do poder local.

Esse processo de reforma institucional foi dinamizado pelas transformações ocorridas no contexto internacional, sobretudo a partir da década 80, quando se assistiu ao desenvolvimento de fenômenos que interferiram na estrutura social do país. O primeiro deles refere-se ao processo de democratização dos estados nacionais com o fim dos regimes militares e com o surgimento de práticas de origem democrática como as eleições diretas, o fortalecimento da participação popular na sociedade, etc. O segundo, trata da inserção das economias nacionais no processo de globalização, e conseqüentemente, a sua incorporação à lógica produtiva, trazendo todas as mazelas

oriundas desse pensamento centrado no mercado. Por fim, o terceiro refere-se à revalorização do espaço local, considerado a esfera capaz de promover melhor desenvolvimento social e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida da população em razão da sua proximidade com os cidadãos, como, por exemplo, operando mudanças sociais necessárias à maior eficiência e à maior competitividade econômica requerida atualmente pela inserção das cidades na dinâmica da globalização.

Nessa conjuntura, marcada pela transformação nos princípios de planejamento e gestão das cidades, é que se introduz o debate sobre a ação governamental e sobre o desempenho da gestão governamental no campo das políticas públicas. Estudos como os de Castells e Borja⁵ apontam para a necessidade de se redefinirem as competências dos municípios, sobretudo no que se refere à relação com a população; à capacidade de gestão dos recursos políticos, sociais, econômicos e técnicos; à associação com outros setores públicos e com agentes privados; e, por último, ao atendimento das demandas sociais requeridas pela população.

No Brasil, a reforma institucional é impulsionada também pela Constituição Federal de 1988, que definiu uma agenda reformista para o país, caracterizada por defender uma concepção universalista dos direitos sociais, uma melhor redistribuição da renda, e uma gestão pública mais democrática. Essa agenda construída pelo movimento da constituinte foi, posteriormente, sustentada pela ampla mobilização de setores da sociedade organizada, destacando-se os sindicatos, movimentos sociais, organizações não-governamentais, entidades de pesquisa e setores técnicos.

⁵ Texto Introdução – Democracia e governo local. www.revan.com.br

Entretanto, no decorrer desse processo, os governos enfrentaram inúmeras dificuldades na implementação e gestão dessas ações, sobretudo a partir do mandato de Fernando Collor de Melo (1990/92), quando se conviveu com uma nova conjuntura político-ideológica no país, ligada às reformas de ajuste estrutural que, posteriormente, foram aprofundadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1994/98 e 1999/2002).

Essa nova conjuntura, marcada por um crescente consenso em torno da agenda neoliberal, propôs uma política de intervenção do poder público sobre a sociedade, que comprometeu a ampliação das políticas de caráter universalista no plano econômico e estabeleceu limites à política redistributiva no plano social, acelerando o processo de crise dentro dos movimentos sociais na década de 80, através da fragilização dos canais de participação e de ampliação da democracia.

Os anos 90 foram caracterizados por um processo de descentralização e municipalização das políticas públicas, que se intensificaram com a elaboração das constituições estaduais e leis orgânicas dos municípios – muitas delas elaboradas pela primeira vez e de maneira autônoma –, mas também por um conjunto de leis políticas, federais e estaduais, que buscavam transferir competências para o âmbito municipal, proporcionando a este maior poder.

Essas mudanças no cenário nacional provocaram, nos últimos tempos, um debate cada vez mais efervescente sobre o desempenho dos municípios no campo das políticas públicas, onde o enfoque deixou de ser centrado apenas numa problemática política e passou a incorporar outras discussões como a técnico-administrativa, objetivando construir bons governos, com boas práticas, a fim de alcançar políticas mais democráticas e comprometidas com o desenvolvimento social.

Neste processo, destacam-se as propostas de planejamento estratégico e desenvolvimento local, nas quais as políticas públicas exercem uma grande função como desencadeadoras de ações que proporcionarão as transformações econômicas e sociais das cidades, através da abertura dos canais de interlocução entre sociedade e governo municipal.

Como resultante deste debate, observa-se nas diversas instituições municipais do Brasil, a exemplo de Fortaleza, Recife, Santos e Porto Alegre, práticas de legitimação e deslegitimação dos atores políticos no espaço local, proporcionando muitas vezes a descentralização das ações do poder público, abrindo caminho para a redefinição das atribuições e competências em torno das políticas públicas.

Surgem daí os primeiros questionamentos sobre a descentralização e municipalização das políticas públicas no país, no sentido de entender se elas estão na direção do aprofundamento da democratização na esfera do governo local e da instituição de um modelo de governança democrático, que gere as oportunidades e condições adequadas para o exercício dos direitos de liberdade política, bem como se outros canais e mecanismos de participação dos cidadãos estão sendo criados, aumentando a transparência e responsabilidade pública dos governos locais.

Para Alves (1998), a criação de políticas públicas é, antes de tudo, um fenômeno educativo. O lugar da criação de políticas públicas não é o da gestão administrativa ou do governo; mas, sobretudo, dos processos de mobilização e comunicação dos atores políticos, dos atores da cidade, considerando as particularidades dos grupos constituintes de cada comunidade.

Sendo assim, as políticas públicas nos municípios e regiões geopolíticas devem ser vistas dentro do processo de acumulação da memória cultural e do exercício

político, criando bases sociais consistentes, fortalecendo a idéia do desenvolvimento sustentado. Algumas experiências de sucesso consideram o reconhecimento da inclusão/exclusão, da história das comunidades, da memória dos processos migratórios e das mudanças no modo de produção econômico e cultural, como fundamentais na análise das políticas públicas.

Deste modo, pensadas meramente como planejamento, não contemplarão os desejos e necessidades da comunidade; mas, ao contrário, vistas como uma ação cultural cidadã, que encontram nas políticas públicas o seu veículo de comunicação e mobilização, serão capazes de permitir os avanços no sentido da democratização e do desenvolvimento social.

Portanto, a cultura passa a ser um elemento central na construção das políticas, após ter sido negada pela maioria das administrações e seus planejamentos estratégicos equivocados, voltados para atender aos interesses de uma política globalizada, cujo eixo principal, sempre foi o atendimento do mercado internacional em detrimento dos demais interesses sociais.

Segundo Alves (1998), o foco colonial-globalizador gera a não política pública, o que permite dizer que ainda não foram criadas políticas públicas, mas têm sido feitas, em alguns municípios e regiões, em diferentes momentos, experiências de gestão entre governo e sociedade capazes de, em sua acumulação, produzirem bases culturais de fato geradoras de políticas públicas.

Nos estudos sobre as políticas públicas privilegiou-se o debate, a ênfase ou análise das estruturas e instituições ou a caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. Embora carecendo de maior aprofundamento teórico,

o campo das análises das políticas públicas vem crescendo de maneira a fortalecer as discussões na área, apesar da grande variedade de pensamentos existentes no setor.

A partir dos ajustes econômicos ocorridos no final do século XX, vários países, dentre eles o Brasil, tiveram um agravamento da questão social ocasionado pelo desemprego estrutural, pela precarização das relações de trabalho, pelas alterações na organização familiar, no ciclo de vida e pelo aprofundamento das desigualdades sociais, gerando exclusão e simultânea inclusão marginal de grande parcela da população.

As respostas políticas a essa problemática social variaram de país para país. Entretanto, algumas questões tornaram-se comuns, como: o corte de benefícios ou a introdução de medidas de flexibilização do acesso a eles; a maior seletividade (não se aplica a todos) e a focalização das políticas sociais (atendem aos mais pobres dentre os mais pobres) tornando-as residuais e casuais; ou seja, os programas não são contínuos nem abrangentes e atingem pequenos grupos por determinado tempo; a privatização de programas de bem-estar social isentando o Estado da garantia dos mínimos sociais necessários à sobrevivência humana; e o desmonte da rede de proteção social antes mantida pelo Estado.

Este quadro permanece praticamente inalterado até a década de 70, quando ocorre a crise do modelo de regulação social nos países emergentes como o Brasil que, representado pelo modelo desenvolvimentista, difundia a tese de que o desenvolvimento econômico gerava também o desenvolvimento social.

Tal crise abre espaço para que no final dos anos 80 surja, no Brasil, um modelo de desenvolvimento social atrelado à promoção de políticas e programas sociais

visando a atender as necessidades básicas da população, ainda como um processo de concessões.

Com a redefinição das competências dos Governos Federal, Estadual e Municipal, inclusive com repasse de recursos – e com a chegada da década de 90, quando a questão da desigualdade social emerge com muita força na sociedade liderada principalmente pelos novos movimentos sociais –, é que se questiona o modelo de desenvolvimento social que vinha sendo adotado, e se busca criar outro, surgindo as primeiras cobranças de atuação do governo municipal como locus privilegiado para construir uma nova ordem democrática.

Na atualidade, pode-se dizer que o gerenciamento das políticas públicas sinaliza para a necessidade de renovação dos processos técnico-burocráticos, normalmente encontrados no setor público, tornando primordial adotar modelos flexíveis e participativos de gestão, mais horizontalizados, que envolvam a participação dos usuários e demais interlocutores nas negociações, decisões e ações desenvolvidas. Isso aponta para uma nova relação entre Estado e sociedade, que supõe mudanças na cultura das instituições públicas, seus agentes e na capacidade propositiva da sociedade civil⁶.

Dentro desse cenário, o professor Teixeira (2002), apresenta contribuições sobre a questão avançando e intensificando os debates das políticas públicas que, para ele, “são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e

⁶ De acordo com Bobbio, “na atualidade entende-se Sociedade Civil como a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Ou seja, Sociedade Civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder: como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder político.” (BOBBIO, 1995)

procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”; ou seja, caracterizam-se como políticas sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente abrangem aplicação de recursos públicos.

Sendo assim, considerando que as relações sociais envolvem atores sociais, projetos e interesses diferenciados e muitas vezes contraditórios, as políticas públicas surgem como um importante instrumento de mediação social e institucional, permitindo a criação de consensos mínimos que possibilitem o funcionamento da sociedade. As políticas públicas, portanto, passam a ser legitimadas e percebidas desde o seu processo de elaboração e implantação até e, sobretudo, em seus resultados, como formas de exercício do poder, sendo responsáveis pela distribuição e redistribuição dos custos e benefícios sociais.

Neste sentido, Teixeira (2002), afirma que elaborar uma política pública significa definir *quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem*. Evidentemente tais questões estão relacionadas com o contexto histórico, político, econômico e social em que se vive, e que se expressa no regime político, no grau de organização da sociedade civil, na cultura, dentre outros aspectos.

Portanto, é preciso distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”, pois nem sempre as chamadas “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Nesse processo, diante da presença cada vez mais ativa da sociedade civil, o debate público surge como um dos mais importantes mecanismos de controle da

publicização e transparência do processo de elaboração e implementação das políticas públicas, uma vez que, normalmente, elas tratam dos recursos públicos, numa sociedade contraditória, marcada por conflitos oriundos dos diferentes interesses, onde os limites entre o público e o privado não estão devidamente demarcados, tornando difícil a exata compreensão de onde atuar e a quem atender, melhorando a distribuição e redistribuição dos custos e benefícios e diminuindo as lacunas sociais.

Pela ótica da ampliação dos processos de democratização pelos quais vem passando a sociedade, espera-se que as políticas públicas devam se destinar principalmente aos setores marginalizados da sociedade, considerados vulneráveis. Cabe, ou deveria caber ao poder local responsável, formular e concretizar políticas que busquem integrar as demandas excluídas ao sistema social, ampliando e efetivando direitos de cidadania conquistados nas lutas sociais, bem como promover o desenvolvimento através de medidas que possibilitem o crescimento econômico. As políticas públicas, nesta perspectiva, atuam como reguladoras dos conflitos existentes na sociedade, enquanto espaço de expressão dos atores e grupos que estabelecem relações de poder.

Partindo dessa premissa, Teixeira (2002) classifica as políticas públicas da seguinte forma: quanto à natureza ou grau de intervenção elas podem ser estruturais - buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade, etc; e conjunturais ou emergenciais que objetivam amainar uma situação temporária, imediata.

Quanto à abrangência dos possíveis benefícios, elas podem ser Universais - para todos os cidadãos; Segmentais - direcionadas para um segmento da população,

caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.); e Fragmentadas - destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.

Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais, podem ser Distributivas – que visam distribuir benefícios individuais e costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo; Redistributivas - visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos; e Regulatórias – visam a definir regras e procedimentos que regulem o comportamento dos atores para atender aos interesses gerais da sociedade, não visando à obtenção de benefícios imediatos para qualquer grupo.

Segundo Teixeira (2002), com o crescimento e a predominância do neoliberalismo⁷, sobretudo no Brasil, ocorreram muitas alterações no entendimento das políticas públicas levando a constantes intervenções do Estado sobre as políticas públicas afetando várias áreas de atuação dos indivíduos, garantindo-lhe direitos sociais, que contrariam o princípio básico do neoliberalismo, que aponta para o equilíbrio social como resultante do “livre funcionamento do mercado”.

Tal perspectiva representada pelo Estado Mínimo, caracteriza-se por um modelo de gestão onde o Estado atua através de políticas distributivas, que visam a

⁷ Segundo Gaudêncio Frigotto “a idéia balizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimos de eficiência, qualidade e equidade...”. Para Pablo Gentili, o neoliberalismo se expressa numa dupla dinâmica que caracteriza todo o processo de construção de hegemonia. Por um lado, trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa constituída por estratégias políticas, econômicas e jurídicas com a finalidade de buscar uma saída dominante para a crise capitalista nas décadas 60 e 70. Por outro lado, expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. Texto retirado do livro “Escola S.A.”, Tomaz Tadeu da Silva e Pablo Gentili (Org.)

compensar os desequilíbrios mais graves da sociedade através de processos seletivos e não universalizantes.

Dentro desse contexto, as políticas estratégicas estão sob o controle e, muitas vezes, a serviço dos tecnocratas; portanto, sem espaço para a participação da sociedade, reafirmando a necessidade de se estabelecer mecanismos mais apropriados para a elaboração de políticas públicas efetivamente democráticas. Tal possibilidade depende fundamentalmente da concepção de política que se tem, que está diretamente articulada com a orientação política de cada sociedade.

Sendo assim, a forma de encarar as políticas públicas está intimamente ligada aos interesses existentes, manifestados pelos diferentes grupos sociais, e a correlação de forças que estes exercem em busca da hegemonia. Por exemplo: numa visão liberal, é impossível se imaginar a universalização dos benefícios através de uma política social, por serem essas, como já foi dito, contrárias aos princípios da primeira. Já dentro de uma perspectiva social-democrata, concebem-se os benefícios sociais como uma estratégia de proteção dos excluídos, como forma de compensar as desigualdades implementadas pela supremacia do capital, e como um mecanismo de regulação das relações econômicas e sociais.

Segundo Teixeira (2002), essa concepção de política foi bem traduzida pelo sistema denominado de Estado do Bem-Estar Social, que permitiu uma distribuição da renda e dos benefícios sociais de maneira mais justa, sobretudo nos países onde efetivamente esta prática aconteceu. Por outro lado, ao reconhecer uma série de direitos sociais, o referido Estado, também exerceu um alto controle burocrático da vida dos cidadãos, que foram vistos como objetos, como meros consumidores de bens públicos, tornando-se uma dificuldade para o próprio sistema levando-o, conforme

abordado anteriormente, na década de 70, a entrar em crise devido às mudanças no processo de acumulação, representado pela introdução de novas tecnologias que proporcionaram uma alteração na dinâmica social e, conseqüentemente, nos padrões de relações de trabalho, provocando maior dificuldade no atendimento às necessidades cada vez mais crescentes da população, mostrando a ineficiência do aparelho governamental no atendimento das reivindicações.

Com a queda desse Estado protetor e o agravamento da crise social, o ideal neoliberal ganha força a partir da responsabilização à política intervencionista do Estado, levando à estagnação e ao parasitismo social, segundo seus críticos. Surge daí, a necessidade de se promover um ajuste estrutural que, em última instância, representa a busca do equilíbrio financeiro, através de uma drástica redução dos gastos sociais e por meio de uma política social seletiva e emergencial, passando o processo de elaboração das políticas públicas a ser formulado num campo ainda mais complexo: agora, com a convivência direta da globalização, que permitiu a interferência dos interesses internacionais representados pelos organismos multilaterais nas decisões locais.

Portanto, tendo como referência que os estudos sobre as políticas públicas caminham para a idéia de que os governos estão cada vez mais afetados pelos procedimentos de políticas supranacionais que interferem na agenda dos assuntos importantes que configuram e resultam nas políticas de governo, busca-se, no capítulo seguinte, a partir do referencial defendido por Teixeira (2002), base teórica deste trabalho, analisar as políticas públicas de lazer na realidade brasileira.

1.2 Políticas Públicas de Lazer: Um olhar sobre a realidade brasileira

A conjuntura política e econômica vivida pelo Brasil nos últimos anos, centrada no projeto neoliberal, tem-se refletido de forma diversificada nos vários campos da sociedade, dentre os quais o das políticas públicas.

Tem ocorrido no país um agravamento dos problemas sociais, caracterizado principalmente pela menor participação do Estado (Estado Mínimo) na sociedade, sobretudo em relação às áreas consideradas essenciais, como é o caso da educação, saúde, segurança pública, e lazer.

A implementação do projeto neoliberal trouxe conseqüências às propostas de desenvolvimento do país. Em parte, isso se deve ao fato de o mercado ser concebido como definidor das relações humanas, tornando princípios como democracia, justiça social, cidadania..., nocivos ao projeto hegemônico da eficiência econômica; contrariando os interesses do sistema que, centrado na ideologia dominante, propõe uma globalização de cima para baixo, promovendo um crescente processo de naturalização da exclusão, que se dá em todos os campos, alargando ainda mais as desigualdades sociais pela transferência das responsabilidades do Estado para o capital privado.

Essa transformação complexa da sociedade, significa a viabilização do modelo neoliberal e sua reconstrução a partir de medidas recomendadas pelo capital externo, pelas mudanças impulsionadas pelas tecnologias, proporcionando um novo tipo de desenvolvimento baseado na acumulação, implicando muitas vezes na diminuição dos direitos sociais e da cidadania, na separação entre público e privado e, por fim, na legitimação da idéia do estado como assistencialista.

A atuação deste Estado possibilitou a abertura do espaço que, ao invés de questionar os interesses e as conseqüências do neoliberalismo para o país, fortaleceu seu crescimento de maneira ainda mais violenta, aumentando o número de pessoas que, excluídas dos processos econômico e social, ficaram vulneráveis às ações marginalizantes do sistema.

Neste contexto, a forma como vem sendo tratada a questão do lazer na sociedade, quase sempre restrita aos chamados “conteúdos culturais do lazer”⁸, a exemplo do esporte, do turismo, das artes etc., impossibilita uma discussão abrangente sobre o tema dificultando sua contextualização dentro das políticas públicas nacionais.

Essa “visão restrita”⁹ do lazer, difundida sobretudo pelos meios de comunicação de massa e por programas oficiais, normalmente reflete para a sociedade o entendimento das políticas públicas de lazer como uma ocupação do tempo livre das pessoas visando simplesmente ao divertimento, retirando do debate a importância que ele vem tendo no conjunto da sociedade, principalmente como uma possibilidade de analisar e entender as transformações ocorridas no mundo contemporâneo.

Contrastando com a visão restrita que vê o lazer apenas como a prática de atividades realizadas no tempo livre (ócio) das pessoas, surge uma outra, que cresce nos últimos tempos, principalmente em decorrência das discussões e produções realizadas na área, que entende o lazer e, conseqüentemente, suas políticas, como algo “gerado historicamente na sociedade, e que dela emerge, podendo, na sua vivência, gerar também, no plano cultural, valores questionadores da própria ordem estabelecida” (MARCELLINO, 2001).

⁸ DUMAZEDIER, 2001.

⁹ MARCELLINO, 1996.

A grande desigualdade sócio-econômica, as dimensões continentais, a urbanização acelerada e outros aspectos que caracterizam a realidade contemporânea brasileira, faz com que as diferenças sociais aumentem cada vez mais, comprometendo áreas importantes da qualidade de vida da população.

Deste modo, as políticas públicas podem se constituir numa excelente oportunidade de refletir e alterar este quadro através de ações que privilegiem as prioridades da população equacionando ou minimizando as desigualdades existentes entre os diferentes grupos, principalmente aqueles que estão marginalizados e excluídos do processo social pela política econômica adotada no país centrada na concepção de mercado.

No Brasil, as discussões envolvendo as políticas públicas de lazer são relativamente novas e se intensificam na medida em que há um crescimento da demanda, motivada, principalmente, pela organização de determinados setores da sociedade que, inspirados na idéia do lazer como um direito social, reivindicam dos poderes públicos, ações que atendam essa realidade.

Segundo o professor e sociólogo Marcellino (1996):

A importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação, ligada à qualidade de vida nas cidades, não vem sendo acompanhada pela ação do poder público, com o estabelecimento de políticas setoriais, na área, articuladas com outras esferas de atuação, vinculadas com as iniciativas espontâneas da população e com parcerias junto à iniciativa privada.

De acordo com o autor, este problema se agrava com o crescimento das populações e a desordenada distribuição do espaço urbano provocado pelos interesses

imobiliários e pelo crescente número de pessoas que dispõem de tempo livre na sociedade.

Salienta, entretanto, que a ausência de iniciativas na área não representa necessariamente a falta de investimentos no setor; mas o que ocorre, muitas vezes, é uma má utilização dos recursos liberados devido à ausência de políticas setoriais que norteiem as ações; ou, em outros casos, há um desinteresse na aplicação dos recursos, já que o lazer não é visto como algo importante no contexto social e geralmente não se enquadra nos projetos políticos das administrações.

Segundo Linhares; Pereira Filho (1999), o poder público no Brasil, ao elaborar as políticas públicas de lazer, protagonizou e ainda protagoniza políticas setoriais cuja prática tem sido populista, clientelista, baseada na barganha eleitoral e, ainda, em algumas gestões públicas personalistas, centralizadoras e autoritárias inviabilizando os projetos que visam à construção de uma sociedade mais democrática.

Para os autores, algumas gestões chegam a ser extremamente tecnocráticas, distanciadas da realidade social e, por conseqüência, estruturadas a partir de princípios seletivos de exclusão/inclusão. Muitos deles são, centrados nos projetos de privatização dos espaços, bens e recursos públicos, bastante comuns nas esferas de governo.

Essa percepção mostra a inexistência de uma política pública de lazer bem definida no país, com alocação de recursos compatível com a demanda, especialmente para as classes mais excluídas dos direitos sociais. Cabe, então, a cada município, a partir das suas particularidades, elaborar um plano de ação capaz de, concretamente, possibilitar à população o pleno exercício desse direito, conforme está previsto no

Relatório da Sociedade Civil¹⁰ sobre o cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, elaborado em Brasília, abril de 2000, onde “o lazer está a cargo de legislação municipal que trata das áreas de lazer, dos parques e das festas e folguedos populares”, e em outros documentos oficiais e não-oficiais.

De acordo com o professor Bramante (1995), “nos últimos trinta anos, observa-se no setor de lazer no Brasil como um todo, ações desintegradas e descontínuas do poder público, ora utilizando-se do lazer como massa de manobra política (característica do período da ditadura), ora optando-se pelo lazer “do povo” como instrumento de controle social desconectado da realidade do país (ainda subsistem as inúmeras “Ruas de Lazer”/“Manhãs de Recreio“, sem a mínima consequência). Esses esforços isolados e assistemáticos, aliados, muitas vezes, à passividade da população que não cobra – e que tantas vezes não está preparada para cobrar – do governo ações consistentes para o setor, redundam em frágeis políticas de lazer, tanto no nível federal, como no estadual e no municipal.

Portanto, é preciso que os atores sociais dos municípios entendam as políticas públicas de lazer como um espaço de fortalecimento da cidadania e um importante mecanismo na melhoria da qualidade de vida da população. Essas políticas estão articuladas com a participação comunitária que, juntamente com um diagnóstico da realidade local, ajudará na elaboração de projetos mais consistentes e próximos dos desejos e interesses de cada grupo social.

¹⁰ O Brasil e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Relatório da sociedade civil sobre o cumprimento pelo Brasil, do pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais, Brasília, abril de 2000.

Estas informações demonstram que, na atualidade, os governos municipais ganham grande importância no contexto da elaboração e execução das políticas públicas, não só pela competência que lhe foi atribuída a partir da Constituição Federal de 1998, mas principalmente, por ser a esfera governamental que está mais próxima da população e dos setores organizados da sociedade possibilitando, portanto, a construção de políticas mais representativas dos interesses locais, como a democratização e ampliação do lazer como direito social.

O lazer como uma reivindicação antiga da sociedade brasileira ganhou densidade a partir do debate sobre a nova constituinte (1987-1988), culminando, com sua contemplação na Carta Magna, que no título II, capítulo II, artº. 6º, estabelece o lazer como um dos direitos sociais. Também no Título VIII, Da ordem social, capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto, seção III, artº 217, item III, artº 3, que diz: “o poder público incentivará o lazer como forma de promoção social”.

Os dois capítulos apontam que o lazer e, conseqüentemente, a elaboração das suas políticas públicas, devem ser abordados na sociedade brasileira como um tema importante na área social, o que permite dizer que, dentro de uma perspectiva democrática, tem-se que considerá-lo como algo fundamental na vida dos homens. Sendo tratado de forma responsável pelo poder público, que deve entendê-lo como uma necessidade humana e um direito legal, conforme previsto na constituição federal e também na carta internacional do lazer, desde 1997, da qual o Brasil participou da sua elaboração, determinando que:

Todo homem tem direito ao lazer como criador, autor e animador de relações sociais; tem, sobretudo, direito às atividades de lazer de sua

própria escolha, não importando sua idade, sexo, nível de educação ou condição social. SESC (1997, p. 9)

Entretanto, vive-se um momento em que, se por um lado os direitos dos cidadãos estão cada vez mais claros nos documentos legais, por outro, a realidade coloca-lhes diante do desrespeito a esses direitos: a violência, a impunidade, e a ausência de elementos básicos da dignidade humana, como saúde, habitação, escola e lazer, são visíveis nos diferentes espaços da sociedade (ZINGONI, 1998).

As políticas de lazer, nesse contexto, ainda são elaboradas e decididas nos gabinetes, não havendo um envolvimento da comunidade na organização das políticas e nem continuidade dos projetos existentes. Parte desse problema se deve à falta de definição e clareza dos princípios político-pedagógicos que devem orientar as ações de lazer no interior do Estado capitalista democrático. A situação é agravada nos centros urbanos que convivem com o aumento dos problemas sociais e econômicos, e com a ampliação das reivindicações populares dificultando ainda mais o atendimento da população pela administração municipal (ZINGONI, 1998).

Neste sentido, é preciso repensar os valores, funções e papéis sociais que a sociedade e, principalmente, o poder público vêm assumindo no lazer historicamente, para se poder alcançar práticas comprometidas com a formação da cidadania e dos sujeitos enquanto totalidade, contrariando a perspectiva que o entende como meio de recuperar a força de trabalho, através do alívio das tensões provocadas por sua rotina, e/ou como meio de educar para os valores econômicos de racionalidade técnica e disciplina requerida pelo sistema capitalista.

De acordo com Linhales (1998), apesar de todos os esforços realizados até hoje, não se conseguiu participar e/ou interferir nos processos de formulação e

implementação de políticas públicas, de maneira que tem prevalecido a ação isolada em substituição aos processos de coletivização, publicitação e, conseqüentemente, democratização dos debates.

É preciso considerar que a implementação das políticas públicas está diretamente relacionada à natureza do Estado, o qual interfere na seleção das prioridades, na alocação de recursos, e na redistribuição da renda através dos programas dos serviços públicos. Numa sociedade liberal como a atual, a função de redistribuição do Estado encontra-se comprometida, à medida que ele, fugindo das suas características reais, utiliza os programas públicos como mero recurso de barganha nos processos de legitimação política, ou como mecanismo de intervenção na vida social, muitas vezes, subordinada à lógica capitalista da acumulação (LINHALES, 1998).

Para a reversão deste quadro, é necessária a articulação de vários instrumentos que permitam a transformação do processo, dentre os quais destaca-se a educação. A Educação assume um importante papel na sociedade não só como um mecanismo de transmissão de valores e heranças culturais, mas, principalmente, como um instrumento de preparação e conscientização dos homens para as novas relações e tendências existentes no mundo.

Segundo Gadotti (1993), “a educação tem um papel importante no próprio processo de humanização e de transformação social...” ou seja, “visa à formação do homem integral, ao desenvolvimento de suas potencialidades, para torná-lo sujeito de sua própria história e não objeto dela”.

Ao longo dos anos, com o crescimento das discussões em torno das políticas públicas, obteve-se um estreitamento das relações entre políticas públicas de lazer e

educação. As políticas entendidas como um processo educacional, têm se preocupado em atender aos anseios das demandas emergentes, que procuram o lazer “enquanto uma prática social dialeticamente vinculada ao trabalho, que possibilita a vivência lúdica de diferentes conteúdos e valores que podem propiciar a leitura reflexiva e criativa de nosso contexto, contribuindo para mudanças de ordem moral e cultural” (Werneck, 1998), constituindo-se num espaço privilegiado de investigação e atuação do poder público para a aproximação da realidade social.

Nos últimos anos, têm ganhado fôlego as idéias que defendem a preparação dos homens para um outro mundo, centrado na perspectiva do tempo livre. Daí surgirem as primeiras provocações no sentido de se pensar uma educação para e pelo lazer, que deve estar voltada para discutir os fenômenos sociais e os processos de ruptura da humanidade com o passado, ainda que recente, identificando a mudança do paradigma que orienta os seres humanos e suas relações no campo individual e social. Com o final do século XX, reaparecem as antigas idéias que colocam o lazer como centro das atenções para os setores conservadores da sociedade, para as mudanças ocorridas no mundo e para as novas preocupações que ganham espaço, a partir das reivindicações dos setores organizados da sociedade.

Considerando a força da educação concebida enquanto um processo de formação humana, e dado o seu caráter multiplicador, é que se precisa, segundo Werneck (2000), colaborar com a formação de sujeitos comprometidos com o processo de construção do saber, sujeitos que questionem a realidade, que assumam uma atitude reflexiva face os processos sociais e às contradições do meio, não fazendo do lazer, e conseqüentemente, das suas políticas públicas, produtos a serem consumidos,

mas uma ação criativa e significativa a ser vivenciada com autonomia e responsabilidade.

No Brasil, principalmente nos últimos anos, após sucessivos governos neoliberais, tem-se convivido com políticas públicas que, ao invés de garantirem as conquistas sociais, têm buscado no pensamento liberal sustentação para criticar as ações desenvolvidas pelo Estado democrático.

As experiências cotidianas estão se confrontando, na medida em que de um lado configuram-se as estruturas neoliberais representadas pelo Estado liberal mínimo e, por outro, a expansão dos direitos políticos e sociais, ocorridos desde o final do século XX, pressionando os poderes públicos municipais, a incorporarem em suas agendas políticas, as reivindicações da população.

Num país como o nosso, com aproximadamente 175 milhões de pessoas, que apresenta grande concentração de renda e enormes desigualdades sociais, é competência do poder público implementar políticas públicas de lazer, que promovam a diminuição desse vácuo social existente entre parcelas distintas da população. É preciso que os dirigentes ampliem seus olhares sobre a importância do lazer, não só como um direito social, mas também, como um mecanismo de melhoria da qualidade de vida e da cidadania da população.

Segundo Silva (1997) o poder público deve ter sensibilidade política, dimensão social, observar os princípios básicos e essenciais a uma política pública de lazer, discuti-lo com a comunidade e implantar o lazer, não como um direito secundário, mas como algo necessário e fundamental ao ser humano, independente das condições sócio-culturais (religião, sexo, etnia, idade) e político-econômicas.

É importante que a possibilidade de acesso ao lazer chegue cada vez mais a um número maior de pessoas, de forma adequada, permitindo a liberdade de escolha, desenvolvendo a democracia cultural, possibilitando a intervenção dos cidadãos na sua própria realidade. Para tanto, as discussões sobre o lazer devem contemplar as questões envolvidas com os sistemas político-sociais, com o trabalho, com a educação, com a cultura, com a política urbana, etc.

Diz ainda, que uma política municipal deve propiciar a cidadania, a melhoria da qualidade de vida, e focar os aspectos da educação. Deve, também, proporcionar uma “nova ordem do lazer” na sociedade, permitindo a análise do lazer numa perspectiva de bem-estar social e cultural, pensando nos diferentes segmentos da comunidade, organizados ou não, sem privilégio de classes. “A eficácia de políticas consistentes depende diretamente do grau de articulação entre os poderes públicos e agentes envolvidos” (BUCCI, 2002).

Portanto, as políticas públicas de lazer no Brasil devem ser entendidas como um espaço de denúncia; de intervenção, como estratégia de democratização das relações Estado-sociedade como necessidade da construção da idéia de “direito de cidadania” com fundamentos nas demandas sociais apresentadas pelo movimento social, sindical e político-partidário.

Sendo assim, existe um longo caminho a ser construído, até que se chegue ao estágio de amadurecimento esperado entre as ações do poder público e as suas articulações com os setores da sociedade envolvida com a problemática das políticas públicas de lazer. Estas ações e articulações serão debatidas no ponto seguinte a partir das constatações verificadas no âmbito das políticas públicas de lazer da cidade de Salvador.

2. DISCUTINDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM SALVADOR

2.1 O local como espaço de reprodução da “globalização perversa”

Historicamente, tem-se visto um processo de hierarquização das ações, em que, normalmente, o que acontece no âmbito global, tem também se refletido no âmbito local. Ao se constatar que nos últimos anos houve um crescimento da política neoliberal no mundo assumida pelo Brasil no Governo Collor e, sobretudo, nos dois governos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso, percebe-se que o local, mais especificamente o município de Salvador, tem seguido a orientação política centrada na lógica neoliberal dominante da economia globalizada, produtora de desemprego, concentração de renda, desregulamentação da atividade econômica e enfraquecimento do Estado e de suas políticas sociais, dificultando a implantação de projetos democráticos.

O que se está vivenciando, com referencia às políticas públicas de lazer em Salvador, parece estar distante de ser visto dentro dos objetivos apontados por Teixeira (2002), ou seja, como “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”, visando à distribuição e redistribuição dos custos e benefícios sociais de forma a promover na sociedade uma relação de equidade social.¹¹

¹¹ Segundo Favero (1992), ao se apropriarem do conceito de “igualdade”, os conservadores retiraram-lhe as dimensões social e econômica, reforçando-lhe as dimensões jurídica e política. Atualmente, a hegemonia neoliberal, substituiu o conceito de “igualdade” pelo de “equidade, que passou a significar igualdade de oportunidades”.

Nesta perspectiva, as políticas públicas estariam a serviço de um modelo de sociedade que vai de encontro à concepção que às reconhece como um instrumento privilegiado de atuação do Estado para a resolução dos problemas decorrentes do modelo político-econômico que ampliam as desigualdades existentes entre os diferentes grupos de uma mesma sociedade.

As políticas públicas locais estariam, portanto, atendendo aos interesses hegemônicos na medida em que assumem para si a postura de estarem vinculadas ao projeto econômico existente na lógica globalizada demonstrando que, historicamente, a administração pública produziu políticas episódicas, assistencialistas e elitistas expressas nos microprojetos, baseados muito mais na urbanização dos espaços públicos, e no atendimento a grupos do que na perspectiva de atender à população de um modo em geral.

Para Correia (2001) Salvador vem sendo tratada como mero produto de marketing e exportação, exercendo cada vez mais um papel estratégico na circulação do capital. O fomento do turismo, a infra-estrutura de serviços direcionada para atrair grandes corporações, a exemplo da Ford, do Complexo Turístico de Sauípe entre outros, são sinais concretos dos efeitos da globalização em Salvador.

Diz ainda que o maior volume de recursos se concentrou nos últimos anos em obras de embelezamento do espaço em áreas de fluxo turístico consolidado ou potencial, a exemplo do Dique do Tororó, Lagoa do Abaeté, Pelourinho e Farol da Barra. Em contrapartida, muitas áreas permanecem expostas a riscos de desabamento de encostas e sem condições sanitárias adequadas. Estas regiões compreendem os bairros mais populares da cidade, principalmente os do subúrbio ferroviário. Tais dados

evidenciam o fracasso do modelo de Planejamento Urbano adotado e a ausência de uma efetiva Política Urbana capaz de integrar ações setoriais de caráter democrático.

Deste modo, a cidade parece não adotar a própria política de lazer: ela tem sido orientada exclusivamente pelos sucessivos governos que, não percebendo a importância da população como um parceiro, um sujeito na construção das políticas públicas, têm implementado ações que não atendem às necessidades locais, demonstrando um descompromisso com a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Tal fato se pode justificar na ausência de canais de interlocução entre a sociedade e o governo e pela falta de interesse dos poderes públicos em fomentar uma política participativa. Normalmente, o governo municipal se limita à realização de ações estanques e pontuais em determinados setores, o que justifica a criação de foros de debates sobre políticas públicas para diagnosticar a realidade, discutir temas como o plano plurianual do governo municipal, a aplicação de recursos, a urbanização, a melhoria da qualidade dos equipamentos utilizados, a democratização dos espaços e das práticas de lazer.

Segundo Conforto, citado por Leiro (2001), considerando a estrutura política existente no Brasil, os governos municipais e as câmaras de vereadores, constituem as instâncias mais próximas dos atores sociais e da representatividade democrática, por estarem diretamente vinculados aos fazeres políticos e interesses cotidianos das comunidades, o que implica dizer que a concretização de um projeto de melhoria da qualidade de vida da população passa necessariamente pelo desafio da municipalização e descentralização das políticas públicas.

Entretanto, a tentativa democrática de delimitação do poder no âmbito municipal esbarra nas contradições do processo e na compreensão de mandatos (prefeitos e

vereadores) que na sua maioria “advogam a si o direito de implantar seus programas de governo”, fechando os olhos para a demanda crescente da população que quer ampliar sua condição de ator social (LEIRO, 2001).

Para que as políticas públicas representem fielmente os interesses da comunidade local e de seus diferentes grupos sociais, a participação do cidadão dentro das gestões públicas se faz indispensável, permitindo o pleno exercício da cidadania e a busca do ideário democrático contemporâneo.

Considerando que a sociedade está estruturada hegemonicamente a partir das relações estabelecidas pelo capital e que o fenômeno lazer situa-se e é resultante também desse processo e de outros encontrados no mundo urbano, é preciso entender as políticas públicas municipais no bojo dos conflitos existentes na sociedade.

Sendo assim, dentro da perspectiva do que já está pensado e previsto para as políticas públicas de lazer no município, recorreu-se a um levantamento dos principais documentos legislativos, que tratam da questão para, a partir do ponto de vista legal, identificar se os projetos atendem às demandas, interesses e ideais dos diferentes atores sociais.

De acordo com Leiro (2001), foram identificadas no âmbito municipal várias leis que direta ou indiretamente tratam do lazer e se apresentam como sendo as políticas públicas da cidade. São elas:

- a Lei de nº 4.289/93, que institui um programa para adolescentes ingressarem no mercado de trabalho e que indica no seu artigo quarto que:
“Os adolescentes entre 14 e 17 anos devem cumprir horário de estudo e de trabalho, sendo-lhes propiciados o esporte e o lazer, fatores estes que irão formar sua cidadania”;

- A Lei de nº 4.206/90 institui a realização anual da Olimpíada Soteropolitana da 3ª idade, destinada a pessoas a partir de 45 anos;
- a Lei de nº 4.112/90 que “obriga as instituições de Atividade Motora de Desportos, Terapia ou Lazer (Academias, Clubes, Associações ou Entidades Esportivas em geral), a manterem, como coordenador técnico, em suas respectivas áreas, um Bacharel ou Licenciado em Educação Física, e um Médico com especialização em Medicina Esportiva ou Traumatologia-Ortopedia”.

Segundo o autor, a cidade de Salvador está estruturada política e administrativamente em consonância com a carta constitucional brasileira. Entretanto, a articulação entre poderes executivo e legislativo se dá muito mais no plano da formalidade do que propriamente a partir de ações organizadas coletivamente.

Falta de canais públicos de diálogo prefeitura/comunidade ao lado da não atualização legislativa e implementação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer concorrem para o esvaziamento dos fóruns políticos e técnicos que se ocupam do tema lazer. Todo esse quadro subtrai da prefeitura a sua condição potencial de elaboradora e gestora de projetos...” (LEIRO, 2001, p.111).

Diz ainda que o poder executivo em Salvador é exercida pela Prefeitura Municipal, através das secretarias, fundações e autarquias e as ações de esporte e lazer estão vinculadas à Coordenadoria de Esporte e Lazer – COEL da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social (SETRADS). Contudo, a Prefeitura também tem parcerias com o Governo do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, que atua em alguns bairros de Salvador, especialmente, os do Subúrbio Ferroviário.

Atualmente, por exemplo no Subúrbio, a CONDER implementa um projeto que visa a melhorar as condições de vida das pessoas residentes nessa localidade. Tal

projeto chama-se Programa Ribeira Azul¹² e conforme o plano estratégico da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), prevê duas linhas de ação: 1. desenvolvimento urbano e habitação (intervenções físicas); 2. desenvolvimento humano (trabalho, saúde, educação e *lazer*), e tem como objetivos gerais:

Promover a redução da pobreza urbana; promover a recuperação e preservação física/ambiental; elaborar estratégias para implementação de programas de redução da pobreza urbana na Região Metropolitana de Salvador. E como objetivos específicos: promover a urbanização, infra-estrutura das áreas consolidadas e erradicação das palafitas através de aterro com reassentamento das famílias; promover o desenvolvimento econômico social; promover o exercício da cidadania e participação comunitária através da educação ambiental e sanitária, treinamento e qualificação de mão de obra. (www.conder.ba.gov.br/ribeira.htm)

Pode-se dizer, também, que o município de Salvador necessita de uma legislação mais abrangente que possa atender adequadamente às demandas locais. A Lei Orgânica do Município¹³ apresenta apenas no seu capítulo IX, Do esporte e Lazer, 06 artigos que tratam o assunto de maneira bastante genérica, distribuídos da seguinte forma:

¹² O Programa Ribeira Azul é um programa integrado, vinculando as intervenções físicas às ações sociais e geradoras de renda. A área do Programa Ribeira Azul, compreende um conjunto de bairros situados no Subúrbio Ferroviário, somando 4 km² e abrigando cerca de 40.000 famílias, o equivalente a aproximadamente 150.000 habitantes, representando 6% da população atual do município de Salvador. O programa Ribeira Azul surgiu da necessidade de integração das ações, sua metodologia se baseia na busca pela inclusão de todos os aspectos físicos e sociais que compõem a intervenção. Participativa, todos os envolvidos no processo (Governo do Estado; Instituições locais; Financiadores Internacionais; outras organizações de desenvolvimento; e as organizações de base) são considerados participantes no planejamento e acompanhamento da execução das ações; A prioridade do Programa Ribeira Azul para o Governo do Estado da Bahia justifica-se tanto pela grande vulnerabilidade que caracteriza esta região, como pelo forte potencial de desenvolvimento conferido à área. Os recursos previstos para viabilização das 11 etapas do projeto, somam aproximadamente US\$ 60.000.000,000 (sessenta milhões de dólares). www.conder.ba.gov.br/ribeira.htm

¹³ Salvador. Lei Orgânica do Município de Salvador/1990.

- 1) Artigo 268 – Cabe ao município apoiar e incrementar as práticas desportivas na comunidade;
- 2) Artigo 269 - O município promoverá a construção de equipamentos de parques infantis, centros de juventude e de idosos com locais de lazer notadamente em bairros populares;
- 3) Artigo 270 – Os serviços municipais de esportes e recreação se integrarão com as atividades culturais do município, visando à implantação e ao desenvolvimento do turismo;
- 4) Artigo 271 – O município incentivará o lazer como forma de promoção e integração social;
- 5) Artigo 272 – É vedado ao município custear, a qualquer título, o esporte profissional;
- 6) Artigo 273 – O município, na forma de lei, adotará mecanismos que assegurem o pleno acesso dos portadores de deficiências ao esporte, cultura e lazer.

Para Leiro (2001), as sínteses legislativas são resultantes de tensões políticas ou consensos do jogo democrático parlamentar. Os documentos finais ou provisórios das casas legislativas são produzidos à luz das conjunturas políticas, sofrendo mudanças entre o projeto original e o projeto oficialmente aprovado. Esta situação permite a criação de espaços de “consentimentos” em que o legislativo é reconhecido, enquanto campo de afirmação de interesses.

Diz ainda, que o ordenamento legal no que tange aos parques públicos é tênue e as responsabilidades do Estado e do Município se confundem e desenvolvem-se mais pelo acordo entre os governantes do que por uma legislação clara.

Visando a clarificar a análise dessa legislação e dar maior dinamismo às políticas públicas, foi criado em 1994, na Câmara Municipal de Salvador, através da solicitação da Bancada dos Vereadores do Partido dos Trabalhadores, atenta às tensões sociais e aos desdobramentos da legislação federal, o Conselho Municipal de Esporte e Lazer de

Salvador¹⁴, através da Lei nº 4.945/94. Entre outras coisas essa lei buscou definir a composição, competência e funcionamento do conselho.

Com isso, o município ganhou não só uma lei, mas um conselho que deve ser representativo, assegurando os direitos dos diferentes atores sociais, constituindo-se num importante instrumento de participação democrática na cidade. Entre as principais atribuições do Conselho, estão a “formulação de políticas públicas e implantação de ações destinadas ao fortalecimento das atividades esportivas e de lazer em Salvador” (LEIRO, 2001). Com uma estrutura colegiada, o Conselho tem a representação do poder público municipal, das universidades, das sociedades científicas, dos estudantes, das comunidades, dos clubes sociais, do empresariado das academias, da imprensa esportiva, dos serviços sociais e das federações esportivas.

Entretanto, a maior dificuldade existente em relação ao Conselho, é fazer valer suas competências dentro da estrutura burocrática, centralizadora e verticalizada existente na Prefeitura de Salvador.

Neste momento de ampliação dos processos democráticos, verificada nas inúmeras ações da sociedade civil organizada que visam assegurar os direitos sociais no Brasil, espera-se também que a população conquiste cada vez mais espaço nas decisões políticas do país. É preciso então que, o município, através do diálogo, amplie seus canais de interlocução com os diferentes atores sociais que querem expressar seus interesses e projetos de lazer, de maneira que a grande maioria da população seja realmente ouvida e atendida através da execução de políticas públicas democráticas.

¹⁴ Salvador. Lei n.º 4.945 de 1994 - Dispõe sobre a criação, composição, competência e funcionamento do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

A rigor, a polis não é a cidade-estado em sua localização física, é a organização da comunidade que resulta do agir e do falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam. (...) Trata-se do espaço da aparência, no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas. (ARENDR, 1981, p.211).

De acordo com Linhaes (1998) citando Arendt, o mundo público é o local privilegiado do discurso e da ação, espaço da convivência como produto de relações dialógicas e, fundamentalmente, espaço legítimo para a experiência da liberdade. É justamente a possibilidade de construção dessa liberdade que se busca nas políticas públicas de lazer. A liberdade aqui se confunde com a “cidadania ativa”¹⁵ que remete à idéia de movimento, de ação. Ou seja, a sociedade se movimenta e reinventa, cotidianamente, o próprio tempo, a partir das lutas pela garantia da democracia e pela construção coletiva de novos direitos. Trata-se do movimento dos homens e mulheres que se mobilizam a partir de necessidades e carências mais imediatas.

Com base nos estudos aqui mencionados, pode-se inferir que a cidade do Salvador, com relação às políticas públicas de lazer, encontra-se distante de alcançar o que define Teixeira (2002), como um conjunto de “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”.

Esta prática atende aos interesses hegemônicos na medida em que não fomenta uma política participativa, onde a população seja entendida como um parceiro, e atribui

¹⁵ “(...) a cidadania ativa através da participação popular é aqui considerada um princípio democrático, e não um receituário político, que pode ser aplicado como medida ou propaganda de um governo, sem continuidade institucional. Não é um ‘um favor’ e, muito menos, uma imagem retórica. É a realização concreta popular.” (BENEVIDES, 1991, p. 19-20).

ao poder público o papel estratégico na circulação do capital. Isto permite apontar os impactos destas políticas no âmbito do subúrbio ferroviário de Salvador.

2.2 O Subúrbio Ferroviário no debate da cidade (in)visível

Eleger o subúrbio ferroviário de Salvador como campo de estudo para compreender as políticas públicas implementadas pelo poder local, supõe a compreensão da estrutura da cidade e o significado do subúrbio no seu interior. Mas, mais que isso, supõe mergulhar no subúrbio.

A cidade e as suas diferentes formas de organização urbana representam, na atualidade, temas centrais na compreensão do mundo contemporâneo. Nas últimas décadas, muitas investigações têm sido feitas visando a identificar as tendências da rápida urbanização, a assimetria do sistema das cidades, os desequilíbrios regionais e as políticas estatais, que contribuem na construção dos novos grupos sociais tanto no âmbito local como no global.

Analisar os diferentes processos que ocorrem na cidade como o planejamento urbano e a sustentabilidade urbana significa, antes de tudo, possibilitar a retomada da política como espaço central na discussão sobre o presente e o futuro das cidades no contexto contemporâneo, oportunizando a implementação de políticas de intervenção no espaço urbano e a busca de alternativas para melhorar efetivamente a qualidade de vida das pessoas e a difícil construção da cidadania no Brasil (VITTE, 2002).

Para tanto, é necessário romper com as visões que entendem a cidade apenas como um local pensado arquitetonicamente para agrupar pessoas, corpos, empresas, objetos, e substituí-la por uma outra que a entenda, como:

Um conjunto de representações que formam o tecido urbano, num ambiente culturalmente rico, capaz de manter suas tradições e suscitar novos hábitos e idéias, valorizando mais a participação

comunitária, a cultura, a história, as tradições, as raízes, a natureza, o cidadão, a cidadania, o cotidiano (RECHIA, 2001).

Sendo assim, a cidade passa a significar o espaço onde as pessoas constroem suas representações no cotidiano, um lugar capaz de proporcionar transformações significativas no modo de vida das pessoas que fazem parte de uma mesma comunidade, através das múltiplas relações que estas estabelecem dentro de um mesmo contexto. Desta maneira, o espaço local ganha grande importância nas discussões pela profunda articulação existente entre cidade e cultura. Segundo Magnani citado por Rechia (2001):

O que importa não é apenas o reconhecimento e o registro da diversidade cultural, nesses e em outros domínios das práticas culturais, mas também a busca do significado de tais comportamentos: são experiências humanas – de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade – que só aparecem exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido.

Portanto, pensar a cidade é pensar que ela pode assegurar a partir de intervenções no cotidiano, uma ação mais democrática e descentralizada dos espaços, através da participação mais intensa dos seus atores sociais (políticos, intelectuais, educadores, Estado) tornando-os co-participantes do processo de dinamização dos espaços urbanos.

Leandro Konder citado por Vitte (2002), lembra que nas cidades da antiguidade greco-romana iniciou-se o esforço para ampliar a participação das pessoas no exercício do poder, a partir das lutas dos cidadãos (homens da cidade) contra a monarquia (governo de um só) e contra a oligarquia (governo de poucos), na busca pela tão desejada democracia (governo do povo), passando a cidade a ser vista como um local

de muitas contradições, que são resolvidas a partir das negociações políticas estabelecidas pelo coletivo.

Entretanto, esta trilogia cidade-Estado-cidadania que caracterizava as cidades da antiguidade greco-romana, deixou de ser a referência para a formação das novas cidades embora, ainda hoje, permaneçam alguns dos seus princípios como “a cidade é o espaço principal para a construção social, para a construção da cidadania e formação das identidades coletivas”. É, também, “o cenário de relações sociais múltiplas, espaço que concentra a diversidade, a heterogeneidade expressa na cultura, economia, política e sociedade” e, por fim, é o espaço fundamental do público (em oposição ao privado) sendo a instância privilegiada de regulação e mediação dos conflitos.

Diz ainda o autor que, posteriormente, a cidade assume outras formas e, a partir da Idade Média, caracteriza-se como um mercado, onde as relações sociais se estabelecem em função das trocas e dos contatos mercantis, emergindo a cidade comercial em substituição à cidade política verificada anteriormente nas sociedades antigas. Com o tempo, a cidade mercado consolida-se e abre espaço para a formação da cidade industrial e, com esta, o processo de urbanização da sociedade, com suas crises, incertezas e perplexidades, muitas destas provocadas pelos fenômenos sociais contemporâneos como a globalização.

De acordo com Garcia (2002), as questões relacionadas à globalização que repercutem nas cidades são importantes para a compreensão do significado da crise, porque, ao mesmo tempo em que o fenômeno da globalização convoca as cidades para serem melhores, impõe-lhes um novo ordenamento econômico, que gera desemprego, violência, custos crescentes do provimento de serviços e equipamentos públicos, entre outros problemas.

Diz também que a crise urbana deve ser entendida no contexto de um sistema produtivo mais amplo, bem como seus processos sociais e políticos, dentro do modelo de desenvolvimento econômico e social do capitalismo dependente do país, marcado pela excessiva e perversa concentração de renda e riqueza resultado da péssima qualidade de vida da maioria da população.

É preciso, inclusive, relacionar esses problemas historicamente, com os fenômenos globais, sobretudo com aqueles que demonstram as contradições estruturais do capitalismo contemporâneo, com suas expressões de nível urbano e com o processo político do país, com o novo papel do Estado e seus efeitos nas políticas públicas, objeto de reivindicações dos movimentos sociais.

Salvador, como é conhecida hoje, está intimamente ligada à formação da sociedade brasileira, e em particular, à baiana, pois associada a uma base econômica e social do período compreendido entre os séculos XVI e XIX, caracterizado pela mão-de-obra africana escravizada e pelo processo de exclusão dos afros-descendentes, demarcando a territorialização da população na cidade.

Atualmente, dentro do contexto de desenvolvimento do sistema capitalista, Salvador se apresenta como um dos lugares mais desiguais do país, conforme se verifica no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (GARCIA, 2002).

Segundo Garcia (2002), no IDHM, Salvador apresenta grandes contrastes principalmente nos setores relacionados à renda, à educação, à saúde, à habitação etc. Também de acordo com a pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), Salvador é a cidade que apresentou, de 1995 a 1999, em termos absolutos e

percentuais, a menor taxa de evolução dos indicadores entre as 12 maiores capitais brasileiras.

Para a autora, a “Cidade d’Oxum”, na visão dos seus moradores, sobretudo os situados nos bairros periféricos de Salvador, é bem diferente daquela apresentada pelos turistas e vivida pelas classes dominantes locais. Os paradoxos como o da “terra da felicidade”, da “espontaneidade dos pobres”, “da baianidade”, “Todo mundo é d’Oxum/Todo mundo é uma coisa só”, não revelam as estruturas de dominação racial, sexual e de classe que se expressam na cidade, que reproduz espacialmente as desigualdades existentes. Deixando, principalmente, os afros-descendentes nas piores condições de vida, com problemas de saúde, violência, educação, moradia, desemprego, transporte, infra-estrutura, pobreza, racismo, e acrescenta-se aí o lazer, como os mais graves da cidade.

Nesta mesma direção, Paraguassu (2002), fala sobre a necessidade de se discutir a questão de quem constrói Salvador em sua realidade física, quem a imagina, quem a pensa e quem a ignora, montando a cada instante e em cada lugar, discursos tanto da cidade visível quanto da cidade invisível. Acrescenta ainda que:

A compreensão de quem constrói e como se constroem tais discursos é ainda mais importante quando se sabe que podem coexistir, no mesmo espaço, dezenas de cidades visíveis e dezenas de cidades invisíveis, o que torna ainda mais difícil encontrar as chaves das portas que podem desvendar as invisibilidades e visibilidades, por duas razões básicas: o desprazer que as invisibilidades reais podem provocar e a impossibilidade de conhecê-las em sua totalidade.

Segundo o autor, os construtores cotidianos da cidade estão representados por diferentes grupos, classes ou camadas sociais, que têm modos peculiares de descobrir,

comunicar e transmitir aspectos específicos da cidade. Entre tais grupos destaca-se o dos poetas, músicos, literários, artistas, intelectuais, marketeiros, culturais (que preservam as tradições e crenças), e, por fim, o mais importantes destes grupos construtores da visibilidade e invisibilidade da cidade, constituído pelas diferentes camadas, grupos ou classes de seus moradores que cotidianamente a produzem e reproduzem de acordo com seus interesses e necessidades.

Entendendo que, dentre esses, prevalecem os interesses das camadas dominantes ou dirigentes, está claro que prevalece, também, a visibilidade de Salvador que esses desejam: a visibilidade do centro temático Pelourinho, a visibilidade da Orla Atlântica da Barra a Stella Maris, a visibilidade dos shopping-centers, a visibilidade do Bonfim, das festas e do carnaval.

A visibilidade das áreas de risco, em encostas deslizantes ou baixadas inundáveis na área dos subúrbios, a visibilidade dos conjuntos habitacionais e favelas que se espraiam da BR-324 à Paralela, a visibilidade dos inumeráveis bairros pobres que se estendem nos limites do Iguatemi, na retaguarda do parque do Aeroclub ou nos portais da cidade, nas proximidades do Aeroporto e do Parque de Exposições ou, ainda, na segunda linha de ocupações ao longo da Paralela, só existe para seus moradores. É essa a cidade invisível para os visitantes, a cidade sem-vergonha, sem cidadania, sem dignidade, sem sabor e sem ilusões de alegria e festa. (PARAGUASSU, 2001).

Dentro desse contexto, os marketeiros ocupam papel importante na construção da invisibilidade e visibilidade da cidade, separando os legítimos interesses da população centrados na cultura e na cidadania, dos interesses demagógicos que ocultam propositadamente os males da cidade, tornando-os invisíveis aos olhos de visitantes e turistas, através da construção da cidade-vitrine, da cidade-espetáculo, da cidade que ofusca a miséria, a violência, a ausência de solidariedade e a cidadania com seus fogos de artifício, suas festas e seus balangandãs. Esta cidade é constantemente

construída e destruída nos *out-doors*, cartões postais e cadernos de turismo, pela força da mídia na sociedade requerendo dos construtores da invisibilidade e visibilidade um permanente diálogo na tentativa de se alcançar uma cidade mais justa, democrática e mais agradável, através do resgate da cidadania.

O professor e antropólogo Serra (2002)¹⁶, ao participar do Seminário “Quem faz Salvador?”, e ao discorrer sobre o tema “A cidade invisível”, chamou à atenção para a existência de várias cidades invisíveis – infelizes, mutiladas, ignoradas – que se ocultam por detrás de uma outra, luminosa, alegre e festejada: a “Salvador vitrine” que é vendida como produto turístico.

Para ele, a expansão extraordinária da cidade, nos últimos 20 anos, bem como sua inserção no processo de globalização, é uma das razões pelas quais existe, à sombra, um enorme contingente populacional que não está sendo devidamente atendido – e estudado. Completa lembrando que sem se conhecer a cidade, nega-se o processo de cidadania aos seus habitantes, mantendo assim sua exclusão.

Entretanto, conhecer Salvador é uma tarefa certamente difícil e requer do observador um olhar repleto de sentidos, atento e aguçado sobre a realidade. De acordo com Espinheira, “Salvador é uma cidade dissimulada. Jamais é o que se diz dela, jamais se apresenta ao olhar em toda sua plenitude...”. É hoje uma cidade recomposta, maquiada, esvaziada de sua expressão mais autêntica, “sua gente foi expulsa para dar lugar a outras pessoas que não têm relação vital com os seus espaços...”. Diz ainda, que:

¹⁶ Reportagem “Salvador vitrine esconde faces invisíveis”. A Tarde, Salvador, 28 jan. 2001. Coluna Local.

Nesta cidade interiorizada, escondida e envergonhada, habitam muitos milhares de pessoas; outras tantas vêm o mar à distância, mas constituem paisagem miserável quando vistas do mar, nas encostas dos morros do Subúrbio Ferroviário, no Bairro da Caixa D'Água, ou no perfil da cumeada da Liberdade. O mar, que quase rodeia a cidade, é também quase um privilégio, já que não é acessível a todos, embora a praia seja o lugar preferido dos baianos da Cidade da Bahia.

Neste sentido, Espinheira (2002) questiona se a baianidade, como estilo de vida, é a imagem folclorizada de um povo lento, e até mesmo preguiçoso, sensual e devotado ao misticismo e à voluptuosidade. Para ele, é justamente a capacidade de digerir o diferente e internalizá-lo como coisa sua, e de não poder ser definida como um tipo, como uma representação em um único ícone, que faz da Cidade da Bahia (Salvador) essa singularidade.

Roberto Da Matta em seu livro "O que faz brasil, Brasil?", também comenta sobre a "capacidade relacional" que se possui de articular o antigo e o moderno na sociedade brasileira. Segundo o autor, o que faz brasil, Brasil é uma imensa, uma inesgotável criatividade acasaladora, em que se tem a convivência do político e econômico misturado com as manifestações tradicionais e as crenças.

Essas particularidades fazem de Salvador uma das principais e mais complexas cidades do país, despertando interesse e curiosidade em artistas, intelectuais, políticos e em milhares de visitantes brasileiros e estrangeiros que, anualmente, freqüentam a capital baiana para observar seus atrativos naturais, culturais e econômicos, com o intuito de ver e compreender as transformações ocorridas no contexto local.

Portanto, entender a cidade de Salvador, é compreender a síntese dos diferentes tempos sociais que se articulam e buscam se adaptar ou se afirmar perante as constantes mudanças ocorridas no mundo globalizado. Ou, seja, deve-se reconhecer

que, enquanto cidade, Salvador convive diariamente com o tempo regido e regulado pelo mundo do trabalho, “tempo globalizado”, e com o tempo característico das heranças culturais herdadas historicamente pela sociedade baiana e soteropolitana.

O mesmo ocorre com o espaço que deve ser discutido e compreendido dentro de uma visão ampliada de sociedade não se restringindo aos aspectos físicos e geográficos, e sim partindo da complexidade de movimentos que giram em torno deles para observar como as crescentes demandas sociais proliferam e se organizam no espaço local.

De acordo com Santos citado por Serpa (2001), o espaço é uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação:

Sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas. (SANTOS, 1992).

Ainda de acordo com este autor, a terminologia “periferia” apropriada da geografia, refere-se normalmente a áreas localizadas fora, ou nas imediações de algum centro. Porém, o que se percebe atualmente, inclusive em Salvador, é que muitas áreas afastadas do centro da cidade não são vistas e entendidas como periféricas. Parece ter ocorrido ao longo dos tempos uma redefinição do termo, que passou a ser entendido como áreas cuja infra-estrutura, equipamentos e serviços são deficientes, sendo essencialmente o principal espaço de reprodução social das comunidades de baixa renda, dos excluídos, e mais vulneráveis às transformações políticas e econômicas.

As periferias urbanas como o lugar da residência de parcelas da população caracterizada como de baixa renda, diferenciam-se do resto da cidade pela precariedade da configuração espacial. Através da consolidação de loteamentos clandestinos, imprime-se no espaço urbano, um processo social maior, de exclusão. A moradia, por sua tradução na paisagem urbana, é o elemento denunciador das diversas formas de segregação sócio-espacial (SERPA, 1998).

Serpa (2001) afirma que estudos de caso têm mostrado bairros segregados, onde há isolamento não só em relação ao exterior, mas, sobretudo um isolamento de áreas no interior dos bairros. Isso ocorre em decorrência da falta de planejamento urbano e das desigualdades sociais que levam principalmente a construções irregulares, que fecham acessos e impedem a circulação, isolando às áreas. Daí, a importância dos espaços de lazer que funcionam como espaços de integração social, intermediando a articulação entre as diferentes partes do bairro.

A urbanização extensiva que marca a sociedade contemporânea ocorre dentro da lógica dos diversos agentes formadores do espaço urbano. A percepção clara da construção desses fenômenos pode significar o caminho para a formulação de uma nova visão sobre a elaboração das políticas públicas, permitindo uma intervenção mais apropriada no espaço urbano, que deve estar centrado na democratização dos espaços e equipamentos de lazer, na garantia do acesso às minorias excluídas e discriminadas, aos portadores de necessidades especiais etc., de forma ética e transparente.

Segundo Moura (2001), Plataforma é um dos mais antigos bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador, e está situado à margem da Avenida Suburbana, cercada por um lado pela orla marítima da Baía de Todos os Santos e do outro lado pelo conhecido Parque São Bartolomeu, tombado pelo patrimônio histórico da humanidade.

[...] pode-se perceber que os bairros do Subúrbio Ferroviário só começam a tomar corpo a partir do início deste século. Dentre esses bairros, deve ser feita uma exceção a Plataforma que, devido à instalação em 1886, da Fábrica de tecidos São Brás, já possuía uma aglomeração constituída, em parte, por operários da própria fábrica. (FONSECA; SILVA, 1989 citado por MOURA, 2001).

Para alguns autores, o nome Plataforma teria sido originado pela existência de uma balsa no formato de uma “plataforma flutuante”, que fazia a travessia marítima das pessoas de Plataforma até o bairro da Ribeira, na época em que outros meios de transporte, como ônibus e trem, eram precários ou não existiam.

Embora não reconhecido pelo poder oficial, o bairro de Plataforma foi, no passado, um importante espaço que abrigou grupos indígenas que marcaram decisivamente a história da cidade de Salvador.

De acordo com Moura (2001), em 1558, era uma Aldeia Jesuítica, a Aldeia de São João, constituída por índios da nação Tupi – os Tupinambá. Esta aldeia situava-se nas Ribeiras de Pirajá e o seu nome deu-se em homenagem ao seu orago São João Evangelista, cuja festa celebrava-se no dia 27 de dezembro. Em 1560, ela foi destruída após uma rebelião indígena, liderada pelo chefe índio Mirangoaba, que buscava fugir da dominação portuguesa. Em 15 de março de 1561, começou a ser reconstruída pelo padre Gaspar Lourenço e o Irmão Simeão Gonçalves de Santiago.

Há fontes históricas que comprovam que, de fato havia uma aldeia de índios Tupinambá no local que os portugueses chamavam de Ribeiras de Pirajá e que compreende hoje toda a área que via desde o que nós conhecemos como a Ribeira, na entrada da Enseada dos Tainheiros até o bairro de Pirajá, nas cabeceiras do rio que deságua naquela enseada e que forma aquela linda cachoeira que está dentro do Parque São Bartolomeu. (JOSÉ AUGUSTO L. SAMPAIO, 1998 citado por MOURA).

A aldeia constituiu-se em sede religiosa da Aldeia Espírito Santo em 1624, quando os Holandeses invadiram a Bahia. A Aldeia São João, que abrigava o Engenho São João, foi palco do primeiro sermão público em favor dos escravos negros, este feito pelo Padre Antonio Vieira, que com 23 anos na época ainda não era sacerdote. Para Fernandes citado por Moura (2001), foi uma aldeia muito populosa, chegando a comportar 4000 índios, que se aglomeraram neste espaço por estar localizado perto do mar – facilitando a pesca de peixes e mariscos –, mangues e uma imensa floresta para a caça, água doce e um solo rico e propício a plantações.

Plataforma foi em 1638, palco de alguns embates da independência da Bahia, através da tentativa holandesa de invadir a cidade. Caminho também tentado pelos portugueses que utilizaram a “Estrada das Boiadas”, hoje “8 de novembro”, como via de comunicação entre o norte, o centro e a capital baiana.

Outra grande importância do bairro de Plataforma para Salvador foi a linha férrea, que no passado se constituiu no principal mecanismo de ligação entre os moradores da região do subúrbio ferroviário com os demais lugares da cidade e outros municípios e estados, colaborando principalmente com o transporte de mercadorias.

Em 1875, com a implantação da estrada de ferro Calçada-Paripe, inaugurada em 1860, iniciou-se a expansão urbana rumo ao subúrbio ferroviário, sendo construída a Estação de Trem Almeida Brandão em Plataforma. Com isso, os moradores foram beneficiados com serviços, que incluíam mercadorias que vinham do interior para abastecer a feira local, a iluminação elétrica, o transporte e a instalação da Fábrica Têxtil São Braz, proporcionando à região um desenvolvimento político e econômico significativo naquele momento histórico.

Perante as análises históricas até aqui desenvolvidas, é oportuno destacar algumas conclusões apreendidas. Em primeiro lugar percebe-se que a gênese do espaço suburbano coincide com a inserção da economia baiana no contexto das modernizações industriais, tendo em vista que aumentaram as ligações de Salvador com outras regiões através do fluxo de mercadorias, de capitais e idéias. Essa rede de ligações foi viabilizada através da via férrea e pelos transportes marítimos. Além do mais, é nos moldes destas modernizações que a indústria têxtil se instala nas áreas suburbanas e se articula com outros elementos já existentes no local, provocando o surgimento dos atuais bairros. (FONSECA; SILVA, citado por VELLANES, 2001)

Entretanto, na atualidade, o trem e o bairro deixaram de ser uma referência importante para a cidade, tornando-se símbolos da decadência física e do medo social, que se expressam na violência, no desemprego, na falta de infra-estrutura, na precariedade da educação, da saúde, do lazer etc., vivenciados cotidianamente em Salvador.

Cabe ressaltar que, no seu período auge, a linha férrea trouxe muitos benefícios – como a instalação da fábrica de tecidos São Braz – que proporcionaram o povoamento do bairro de Plataforma e a formação da Vila Operária. Este sistema fábrica/vila operária funcionava em casas alugadas a seus operários, que tinham acesso a uma creche para os filhos das operárias e uma escola para os moradores dessas casas, que até hoje pagam uma taxa mensal em dinheiro.

Com o deslocamento da produção fabril para o sudeste, no final do século XIX e a descoberta do petróleo nos anos 50, mudaram-se os rumos dos investimentos no país e do processo de produção, colaborando para a substituição das fábricas de algodão para as de materiais sintéticos, silenciando em 1959 os teares da fábrica São Braz. Esta fábrica de tecidos desempenhou um papel importante na produção têxtil da

Bahia, e marcou a história do bairro de Plataforma, remetendo seus moradores a um passado de glória e nostalgia. Como menciona Sandenberg citada por Moura (2001):

Mas a desativação dessas fábricas não marcou apenas o fim de uma era na história da industrialização na Bahia; representou, também, o fim de um capítulo na história do operariado baiano. Despedida em massa, a grande maioria dos trabalhadores dessas fábricas – as mulheres principalmente –, não foi absorvido pela “nova” indústria, deixando de participar na esfera da produção (Guimarães, Castro 1987; Sandenberg, 1997). Ademais, junto às velhas fábricas, foram-se também as antigas vilas operárias e, com elas, uma forma distinta de comunidade, ou mesmo um modo de vida específico das classes trabalhadoras baianas, desapareceu.

Esta nostalgia também estava expressa nas comemorações realizadas no bairro, principalmente as festas populares como: a festa de Santa Mazonia que acontecia sempre no dia 2 de julho (dia da Independência da Bahia), as festas e procissões religiosas como a Procissão Marítima de São Pedro e Nossa Senhora¹⁷, e também o carnaval que se fazia presente nas festas populares, com o desfile do “Bloco do Bacalhau”¹⁸, cujos integrantes eram os próprios operários da Fábrica São Brás.

Entretanto, apesar da importância histórica, política e econômica do bairro, hoje, Plataforma, assim como todo o Subúrbio Ferroviário, passa por um processo de degradação verificada na falta de infra-estrutura adequada e na ausência do poder público, servindo muitas vezes como espaço de “escoamento” da pobreza da cidade de Salvador.

¹⁷ Nesta festa os moradores de Plataforma levavam São Pedro da Igreja de São João em Plataforma, por via marítima para encontrar Nossa Senhora na Igreja da Penha, no bairro da Ribeira. Esta festa acontecia no dia de São Pedro. (MOURA, 2001)

¹⁸ “Mais do que uma celebração de música e de dança pelas ruas, entretanto, o Bacalhau era um espaço privilegiado no qual as mulheres deixavam de lado a sua suposta passividade e recato, tomando iniciativas que eram comumente vistas como privilégio masculino. No bacalhau, as mulheres cantavam cantigas cheias de conotações sexuais o que, em outras circunstâncias, era considerado totalmente impróprio para lábios e vozes femininas”. (MOURA, 2001)

Tal reconhecimento tem sido buscado pela organização local, a partir da sua entidade de classe, que tem procurado denunciar e participar do processo de intervenção sobre a política pública na esfera local. Dentre as entidades pode-se destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Federação das Associações de Bairro de Salvador - FABS e pela Associação de Moradores de Plataforma - AMPLA¹⁹: ambas têm defendido a idéia de que os projetos oficiais precisam ser melhor discutidos com as comunidades e que a gestão dos recursos públicos na elaboração dos projetos requer maior transparência, para que haja legitimidade na execução das ações.

Entre as principais reivindicações feitas pelas entidades, estão as realizações do projeto de instalação de um Centro de Educação Popular do Subúrbio nas ruínas da antiga fábrica de tecidos (FATBRÁS), há muito tempo desativada, a instalação de lojas comerciais e de artesanato, de uma marina, com embarcações ligando o bairro de Plataforma à Ribeira, a construção de auditórios e teatro para apresentação dos grupos locais, e ainda, a revitalização da orla marítima no corredor ferroviário, dentro de um projeto turístico e de desenvolvimento local que, hoje, é utilizada pelos moradores basicamente para a coleta de lambretas, sururus, papa-fumos, rala-cocos etc., sendo praticamente a única opção econômica da região. A quantidade de pessoas que se dedicam a este trabalho é tão grande, que a orla do subúrbio é conhecida como “orla marisca”, sendo considerada segundo o professor Serpa (1999) como o melhor local para a pesca de marisco da Baía de Todos os Santos.

¹⁹ Segundo Serpa & Garcia (2002), a AMPLA nasceu como Associação das Mulheres de Plataforma, a partir da mobilização das mulheres – mães, pela recuperação de uma escola pública (que estava para desabar sobre seus filhos). Com 24 anos de existência, a entidade tem uma história de luta pela educação, saúde e recuperação da infra-estrutura do bairro. Também tem debatido com o poder público e com outros setores da sociedade a organização da cidade principalmente no subúrbio ferroviário.

Portanto, é considerando este espaço de tensão entre o mundo real e do desejo, que se pretende fazer a discussão das políticas públicas de lazer na cidade de Salvador, analisando os conflitos existentes entre a Salvador visível e a Salvador invisível, tendo como objeto de investigação o já citado bairro de Plataforma, escolhido pela importância histórica, cultural, política e econômica que desempenha junto à cidade.

Citando Lefebvre, Oliveira (1997) diz que, “é no interior das práticas de lazer e por meio delas que os homens, conscientemente ou não, realizam – na extensão de suas possibilidades – a crítica de sua vida cotidiana”. Afirma ainda, que “os homens almejam nos lazeres algo que o trabalho ou mesmo a vida privada em família, do modo como estão organizados na sociedade capitalista, dificilmente podem oferecer”, e que “as necessidades da produção econômica não são coincidentes com as necessidades humanas destes mesmos trabalhadores”.

Portanto, a concepção de Lefebvre encaminha para uma compreensão “dialetrizada do problema”: não se trata mais de trabalhar com conceitos opostos, exteriores um ao outro, mas sim de situá-los num movimento que comporta simultaneamente unidade e contradição em seu interior. Para ele, lazer pode implicar ruptura, contradição dentro da vida cotidiana. O lazer percebido como ruptura responde a necessidades sociais específicas e, portanto, estaria qualificado a trazer respostas à fadiga, às tensões, às inquietações inerentes à vida cotidiana. Acredita-se, assim, que as políticas públicas de lazer vistas sob esta ótica, apresentam um cenário complexo e rico a ser investigado, constituindo-se num misto de desafio e desejo pelo desvendar do objeto que serviu de estímulo durante todo o percurso do trabalho.

3. CONSTRUINDO O PERCURSO METODOLÓGICO

Estudar os processos, as estruturas, através das quais são elaboradas e implementadas as políticas públicas de lazer no subúrbio de Salvador, pressupõe, antes de tudo, uma incursão pelos caminhos dos debates a respeito da problemática relativa à produção do conhecimento, em especial, nas ciências sociais. Tal tarefa passa a ser exigida, ainda mais, quando a pretensão está voltada a entender os fundamentos dessas políticas: os sujeitos políticos que as fazem, como as fazem e para quem são feitas. Justifica-se, também, esse percurso, pelo entender de Minayo (1994, p.16), que “metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo da investigação”.

Assim, considerando o caráter multidisciplinar do objeto, sua associação com diferentes áreas do conhecimento - educação, sociologia e antropologia - e o desafio de entender as políticas públicas de lazer no subúrbio de Salvador, parte-se do princípio de que é preciso assumir, nesta pesquisa, um enfoque não linear para apreender os aspectos envolvidos na implementação das políticas públicas de lazer. Procura-se relacionar, ao mesmo tempo, conteúdos educacionais, políticos, sociológicos, antropológicos, econômicos e históricos, de modo a compreender as relações que ocorrem no âmbito dessas políticas. Vale ressaltar, que esta pesquisa busca apenas estabelecer algumas articulações entre essas áreas, tendo em vista que um autêntico processo interdisciplinar requer maior profundidade na utilização destes conhecimentos.

É necessário, portanto, um esforço para exercitar um olhar que supere a visão positivista²⁰ de conhecimento que, centrado em bases empiristas tradicionais, impôs aos pesquisadores, formas reducionistas de ver e compreender a realidade, seja pelas concepções teóricas limitadas que orientavam o trabalho ou pelos procedimentos e instrumentos metodológicos inadequados aplicados às pesquisas, de forma generalizada.

Sendo assim, tentando não perder de vista a riqueza das mutações históricas, são citados Bachelard (1996) e Santos (1987), que sinalizam para a necessidade de valorizar o conhecimento do senso comum, como um conhecimento relevante na compreensão da realidade, sobretudo por ser espaço da expressão dos sujeitos aliçados do processo, em decorrência de uma ciência que se considera a dona da verdade, castrando a subjetividade dos atores sociais – os principais responsáveis pela construção e transformação permanente dessas mutações.

Urge, também, um outro esforço: o de superar as formas de se fazer pesquisa que, durante séculos, e ainda hoje, predominam no mundo científico, onde os dados quantitativos e estatísticos, centrados nos princípios e métodos das ciências naturais, prevalecem sobre os dados qualitativos. Para o interesse desta pesquisa, nega-se a produção do conhecimento baseado na formulação de leis universais, que ignora a

²⁰ Para Saint-Simon, Comte, Stuart Mill, Spencer, entre outros, a “visão positivista” caracterizava-se pelas seguintes teses: a) A ciência é o único conhecimento possível, e o método da ciência é o único válido; portanto, o recurso a causas ou princípios não acessíveis ao método da ciência não dá origem a conhecimentos; a metafísica, que recorre a tal método, não tem nenhum valor. b) O método da ciência é puramente descritivo, no sentido de descrever os fatos expressos pelas leis, que permitem a previsão dos próprios fatos (Comte); ou no sentido de mostrar a gênese evolutiva dos fatos mais complexos a partir dos mais simples (Spencer). c) O método da ciência, por ser o único válido, deve ser estendido a todos os campos de indagação e da atividade humana; toda a vida humana, individual ou social, deve ser guiada por ele. O positivismo presidiu à primeira participação ativa da ciência moderna na organização social e constitui até hoje uma das alternativas fundamentais em termos de conceito filosófico. (ABBAGNANO, 1999)

diversidade e a complexidade do sistema social, para apreender a dinâmica das ações realizadas pelos sujeitos que expressam mais ou menos suas subjetividades, a depender do contexto histórico no qual estão inseridos.

Decorre que, com o intuito de viabilizar este trabalho, partiu-se do princípio de que a realidade observada é sempre dinâmica e complexa e o conhecimento é sempre parcial e provisório. Como diz Dowbor (1997):

A realidade evolui mais rapidamente do que a nossa capacidade de sistematizar a sua compreensão: com uma certa distância, conscientes de que a imagem que vemos se baseia em pontos de impressão, e de que existem mais pontos do que os que somos capazes de observar.

Desta maneira, fica entendido que a diversidade de elementos que envolvem a temática orientou a pesquisa por um caminho que exigiu uma contextualização e a construção do objeto numa abordagem qualitativa de pesquisa, o que supõe compreensão e interpretação.

Isto significa dizer que, na abordagem qualitativa de característica “compreensiva” e interpretativa, os sujeitos são entendidos em suas relações com as crenças, percepções, sentimentos, valores e que seu comportamento tem sempre sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. (ALVES-MAZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998).

Para Alves-Mazotti e Gewandsznajder (1998), os estudos qualitativos apresentam três características fundamentais, são elas: visão holística, abordagem indutiva e investigação naturalística. A visão holística centra-se na idéia de que a compreensão do significado de um comportamento ou evento só é possível em função

da compreensão das inter-relações que surgem na observação de um objeto dentro de um determinado contexto. A abordagem indutiva define-se como aquela em que o pesquisador parte de observações mais livres, permitindo que dimensões e categorias de interesse possam emergir durante os processos de coleta e análise de dados. Por fim, a investigação naturalística aborda que a intervenção do pesquisador no contexto observado deve ser a menor possível.

Outras características da pesquisa qualitativa são também levantadas por Negrine (1999), que afirma ser uma das orientações fundamentais deste tipo de pesquisa, sustentar que as generalizações não são possíveis. Isso quer dizer que a investigação feita sobre determinado objeto se refere a um contexto particular e não deve ser abordada como lei universal. Ainda diz que, nesse tipo de pesquisa, a investigação está centrada na descrição, análise e interpretação das informações coletadas durante o processo investigatório para que, posteriormente, possa ser contextualizada no âmbito do espaço social.

Dentro do cenário da pesquisa qualitativa, alguns instrumentos se apresentam como fundamentais no processo de investigação. Neste trabalho, abordam-se aqueles que foram utilizados com o intuito de coletar os dados da maneira mais apropriada possível, a fim de conseguir os resultados esperados, são eles: a observação, que normalmente se aplica a um objeto externo e que consiste no ato de observar atentamente este objeto; e a entrevista, que se caracteriza pela conversação entre duas ou mais pessoas com a finalidade de se obter informações sobre um determinado assunto.

Quanto ao primeiro instrumento, pode-se dizer que existem inúmeras formas de observar que, geralmente estão relacionadas aos objetivos pretendidos com o estudo.

A observação constitui-se em uma técnica de coleta de dados para conseguir informações através da utilização dos sentidos. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas, sobretudo, entender os fatos e fenômenos observados.

Outra questão importante a ser discutida, refere-se à observação seletiva, onde durante todo o processo de coleta de dados é importante definir o que deve ser realmente averiguado. Essa definição surge com as pautas de observação que devem ser utilizadas na orientação e investigação, para que o pesquisador não corra o risco de se perder em meio a tantos registros.

Quanto à entrevista, também se apresenta de diferentes formas que, geralmente, estão relacionadas ao objetivo do estudo. A entrevista é um importante instrumento de trabalho e quando bem utilizada, traz resultados bastante significativos à pesquisa. Seu objetivo central é obter informações do entrevistado sobre um determinado assunto ou problema. Para tanto, é necessário que se atenda a alguns procedimentos antes da investigação, que permitam criar uma relação de confiança com o entrevistado, a fim de que as respostas sejam as mais fidedignas possíveis.

Desta maneira, tomando como referência os objetivos do estudo e as características das técnicas apresentadas anteriormente, os instrumentos de investigação da pesquisa consistiram na observação semi-estruturada e na entrevista semi-estruturada, além do recurso de registro fotográfico.

Minayo (1994) propõe um trabalho de investigação dividido em três momentos distintos: a “fase exploratória da pesquisa”, que representa o tempo destinado à discussão sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais; o “trabalho de campo”, que consiste no recorte empírico da construção teórica, combinando entrevistas, observações, levantamento de

material documental, bibliográfico. E, por fim, o “tratamento do material recolhido em campo”, que conduz à teorização sobre os dados, articulando informações da abordagem teórica e a investigação de campo.

Tendo como referência esse modelo, realizou-se primeiro uma significativa revisão da literatura, que consistiu num estudo sobre as temáticas: políticas públicas, público/privado, políticas públicas de lazer no Brasil e em Salvador até alcançar o subúrbio. A partir daí, estabeleceram-se relações com o objeto de estudo, identificando sua viabilidade dentro do tempo previsto para a construção do trabalho de pesquisa.

Em seguida, buscou-se a análise dos documentos oficiais que orientam as políticas públicas no município, Constituição Federal, leis municipais, regimentos, portarias, decretos etc., através de visitas à COEL, Câmara de Vereadores, bibliotecas e universidades públicas.

De posse das informações, retornou-se ao campo - o subúrbio ferroviário - para delimitar de maneira mais adequada o objeto de estudo, que a princípio pretendia investigar todas as praias da orla marítima do subúrbio, mas por conta de questões como extensão da região, dificuldade de acesso às praias, falta de recursos humanos e materiais para cobrir a área e o tempo previsto para entrega do trabalho, centrou-se na investigação do bairro de Plataforma.

Cabe ressaltar, que a escolha de Plataforma, como campo empírico, ocorre pelos motivos já mencionados, ou seja, Plataforma é um dos bairros mais populosos da cidade com cerca de 50.000 habitantes; tem uma rica contribuição histórica, política, econômica e cultural no processo de formação da cidade de Salvador; está localizado numa região que concentra um grande contingente populacional, o subúrbio ferroviário; é um local onde ocorre pouco investimento público e privado; tem poucos espaços e

oportunidades destinadas às atividades de lazer; é mais vulnerável às transformações do sistema político hegemônico e, finalmente, apresenta altos índices de desigualdade social e econômica, de violência urbana, de insegurança.

Tendo o objeto definido e os instrumentos de pesquisa, observação semi-estruturada e entrevista semi-estruturada, partiu-se para a investigação no campo empírico, abordando as nuances deste espaço como um pesquisador noviço, preocupado em obter o maior número possível de informações para a construção do trabalho.

Durante o processo de observação, foi feita inicialmente uma visita exploratória com a finalidade de observar e conhecer melhor o objeto de estudo: não só a realidade de Plataforma, mas de toda a região do subúrbio ferroviário, que compreende os bairros do Lobato, Novos Alagados, Periperi, Coutos, Tubarão, Paripe, São Tomé de Paripe, sempre procurando identificar as questões importantes e os possíveis contatos da região, principalmente no que se refere às ações do poder público.

No segundo momento, e de posse destas informações, foi definida a pauta de observação e retornou-se a campo, para observar atentamente os espaços de lazer disponibilizados na região, seja pela intervenção oficial ou pela ação dos próprios moradores do local.

No terceiro e último momento, aproveitando para fazer novos registros fotográficos do bairro de Plataforma e, com os resultados da observação em mãos, entrevistou-se a Associação dos Moradores de Plataforma – AMPLA, para saber da entidade a respeito da intervenção do poder público municipal, dos espaços de lazer do bairro, das propostas de lazer da entidade e dos moradores para a região.

Paralelamente às observações semi-estruturadas, contactou-se os dirigentes de entidades e órgãos oficiais, para a realização das entrevistas semi-estruturadas, que visaram a obter informações sobre as políticas públicas de lazer em Salvador, e particularmente em Plataforma. Assim, foi possível apreender dados a partir da perspectiva oficial e também da representação da comunidade de Plataforma.

Sendo assim, foram entrevistados os dirigentes da Coordenadoria de Esporte e Lazer - COEL²¹, órgão responsável por formular e implementar as políticas públicas de lazer na cidade, vinculado a Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETRADS; e da CONDER – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador²², órgão do governo do Estado, responsável em realizar projetos também no âmbito do lazer em parceria com o governo municipal.

De outro lado, buscou-se identificar nos outros atores sociais, aqueles que representam os interesses da comunidade, a informação necessária à discussão das políticas públicas de lazer. Elegeu-se, então, a Associação dos Moradores de Plataforma - AMPLA²³, entrevistando uma de suas diretoras.

²¹ A Coordenadoria de Esporte e Lazer de Salvador - COEL, está diretamente vinculada à Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, e tem a competência de dar prosseguimento aos projetos e programas existentes na área dos esporte e lazer no município, bem como elaborar e executar outros da própria autoria.

²² A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER) é uma empresa pública, vinculada estruturalmente à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. A CONDER tem por finalidade promover, coordenar e executar a política estadual de desenvolvimento urbano, metropolitano e habitacional do Estado da Bahia e, dentre os seus objetivos sociais, destacam-se o de estudar, formular e implantar planos, programas e projetos para o desenvolvimento urbano e metropolitano e de habitação de interesse social do Estado, bem como planejar, programar, coordenar e controlar a execução de serviços de interesse urbano e metropolitano, promovendo a sua unificação, integração e operação.

²³ A AMPLA começou em 1977, por quatro mulheres, quando foi constituída a Associação das Mulheres de Plataforma que posteriormente transformou-se em Associação dos Moradores de Plataforma – AMPLA, em 1981. Para integrar os homens ao processo de organização dos moradores no período presidencialista da entidade, houve duas gestões masculinas... Após estes mandatos de dois anos cada, a associação mudou sua estrutura de presidencialista para colegiado e assim se mantém até hoje... Nestes anos, a AMPLA tem buscado soluções para os problemas dos moradores deste bairro, numa incessante luta pela construção da cidadania. As principais lutas desenvolvidas pela entidade

Além desses dois olhares, com o intuito de acrescentar mais dados sobre as políticas públicas de lazer no bairro de Plataforma, foi incluído no roteiro de entrevista o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS²⁴, que há mais de 30 anos vem dando suporte e assessoria às comunidades mais pobres e carentes de Salvador, nos casos em que há confronto direto com o poder oficial. Plataforma é uma dessas comunidades atendidas pela assessoria do CEAS. Os depoimentos vieram de uma das colaboradoras dessa organização.

Antes do início de cada entrevista, foi feito um breve relato oral sobre os objetivos do trabalho e o retorno que ele poderia trazer a cada um dos seus participantes, com a finalidade de deixar os entrevistados tranqüilos quanto à utilização das informações na pesquisa. Cabe ressaltar, que o acesso aos representantes da AMPLA e do CEAS foi facilitado pelo contato feito antecipadamente com pessoas que militam nos movimentos sociais. Essa postura ajudou a estabelecer uma relação mais franca com os entrevistados.

As entrevistas agendadas ocorreram na sede de cada uma dessas entidades em dia, hora e local marcados pelos entrevistados. O roteiro de entrevista tem em média seis perguntas semi-abertas, que permitiram em alguns casos avançar um pouco mais

são: educação, creche, saúde, meio ambiente, projeto de cultura popular (reforçando cultura afro-baiana e a conquista do cine-teatro) e moradia (luta pela legalização das terras de Plataforma que é uma questão fundamental para 80% dos moradores). Texto extraído do material comemorativo aos 25 anos da AMPLA. (www.amplasalvador.com.br)

²⁴ O Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, é uma entidade jurídica sem fins lucrativos, ligada à Companhia de Jesus, integrada por jesuítas e profissionais leigos. Fundado pela Companhia de Jesus em 1967, o centro se inspira nos valores humanos e evangélicos da justiça e da solidariedade, buscando contribuir para a superação da miséria e da exclusão. Atuando em regiões do Nordeste marcadas por situações históricas de pobreza e de dominação, o CEAS tem como eixo unificador de sua prática o fortalecimento da autonomia e do protagonismo dos públicos que acompanha. Nosso objetivo principal é desenvolver o que chamamos de trabalho de base: um trabalho político-educativo com setores populares, buscando alcançar o público mais desassistido, os extratos de renda mais baixa. Entre as linhas de atuação da entidade, consta a organização e educação popular no meio urbano, que inclui a assessoria às organizações de base e às comunidades de periferia urbana, educação popular, movimento de mulheres e assessoria a grupos. (www.ceas.com.br)

na discussão, em decorrência dos novos dados que iam sendo apresentados a cada resposta. Cada entrevista durou em média uma hora e trinta minutos, foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Por fim, com o quadro conceitual definido, as informações do campo empírico na mão e os resultados das entrevistas, analisaram-se os dados estabelecendo as articulações necessárias para compreensão do processo que ocorre no âmbito das políticas públicas de lazer no subúrbio ferroviário.

Portanto, tendo como objetivo principal da pesquisa investigar o processo de elaboração e implementação das políticas públicas de lazer no subúrbio ferroviário de Salvador, identificando quem as faz, como as faz e para quem as faz, é possível, nesta fase do trabalho, dizer que as provocações levantadas, mais do que respostas, trouxeram inquietações que estimularam a continuar o aprofundamento no estudo, com o intuito de desvelar essa realidade complexa e dinâmica que se transforma cotidianamente. Lembrando Dawbor (1997), “a realidade evolui mais rapidamente do que nossa capacidade de sistematizar a sua compreensão...”

Pode-se afirmar, que foram abertas várias possibilidades de investigação - muitas das quais nem imaginava existir - sobretudo aquelas localizadas no campo cultural que mostram de maneira sutil as diferentes formas encontradas pela comunidade para sobreviver ao mundo perverso da globalização que, centrada na lógica do mercado/capital, exclui cada vez mais parcelas significativas da sociedade brasileira, do acesso ao mínimo indispensável a uma vida digna. Exemplo dessas sutilezas são as invenções que os moradores criam com base na sua cultura, para vivenciar o lazer na comunidade. Decorre então, a necessidade de aprofundamento de estudos que apreendam seus modos de invenção no seio das sociabilidades do povo.

4. OS DIFERENTES OLHARES DOS ATORES SOCIAIS SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO SUBÚRBIO

Este capítulo traz a análise das diferentes falas coletadas sobre o lazer no Subúrbio Ferroviário de Salvador, especialmente em Plataforma, espaço eleito para a realização da pesquisa. Consiste no resultado do levantamento de campo e nas diferentes formas de tratar o lazer considerando a perspectiva oficial. Também a compreensão da população a partir do órgão que a representa – AMPLA – mediante depoimentos de um dos seus representantes.

Pretende-se, portanto, apresentar, analisar e interpretar os dados coletados com a investigação, articulando estes com o referencial teórico abordado no capítulo dois desta pesquisa, discutindo as principais questões levantadas nas entrevistas, tendo como eixo orientador da análise a categoria das políticas públicas.

Neste capítulo são apontadas as sínteses legislativas que regulam as políticas públicas do município de Salvador, donde é possível levantar pistas que traduzem a concepção de lazer ali defendida a partir de uma análise dos documentos, indicando a concepção que orienta as políticas e ações.

4.1 O vazio legal

Desde o artigo 268 da Lei Orgânica, citado no capítulo 1 deste trabalho, o município, de maneira implícita, mostra a sua concepção política. No referido caso, é possível perceber que as políticas públicas de lazer são entendidas e elaboradas a

partir de um viés esportivo, traço característico da formação cultural da sociedade brasileira, que é reproduzido diariamente pelos meios de comunicação. Este tipo de percepção reforça a visão restrita do lazer, impossibilitando a exploração do seu real potencial, como instrumento capaz de melhorar a qualidade de vida e a cidadania das pessoas.

De acordo com Linhales (2001):

Não seria sensato imaginar que os tradicionais “sistemas táticos” que barganham votos distribuindo jogos de camisa e construindo alambrados para campos de futebol sejam coisas do passado. Eles estão mais renovados do que nunca. Com freqüência, assumem ares de modernização, quando a divulgação de ações relativas à gestão de políticas para o setor vem acompanhada de informações técnicas que reduzem a avaliação de tais ações aos cálculos da relação custo-benefício. Nesse movimento, as tentativas de superação dos problemas existentes no âmbito da gestão pública do esporte acabam se confundindo com processos de adequação/submissão do estado à lógica e às exigências do mercado.

Também no artigo 269 da mesma Lei citada anteriormente, percebe-se uma ênfase na construção de equipamentos e parques. Comumente, esta alegação vem do entendimento de políticas de lazer como políticas de atividades, de doação de material esportivo ou cessão de equipamentos específicos sem preocupação com a participação humana, que dá vida a esses equipamentos.

De acordo com Zingoni (1998), é característico das secretarias responsáveis pela elaboração das políticas públicas de lazer trabalhar com a oferta de eventos passageiros, elitistas, discriminatórios e onerosos, sem reflexos sociais contínuos, reforçando as desigualdades sociais. Isto é claramente evidenciado na idéia referida acima de construção e instalação de equipamentos e parques.

Esta orientação traduz uma compreensão do lazer como uma mera atividade realizada dentro do contexto social, banalizando o lazer e reduzindo seu conceito a visões parciais, limitadas e submissas, que acarreta em uma política clientelista e de privilégios (Zingoni, 1998). Isso sem contar no oportunismo político nos momentos de inauguração desses equipamentos que, normalmente, são entregues em datas comemorativas.

Uma outra questão que aparece como reducionista na LOM, refere-se à compreensão do espaço. Para Santos (1996) o espaço consiste em um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações [...]” (SANTOS, 1997, p.267).

Nesta perspectiva, a LOM traz, implicitamente, uma concepção de constituição de espaço compreendido apenas como a presença de objetos e construção física sem considerar as ações intercambiadas na utilização dos equipamentos e espaços construídos.

Segundo Leiro (2001):

Reconhecer a cidade de Salvador passa por identificar suas características, seus traços culturais e pelo olhar referente às estruturas de representações coletivas dos seus atores sociais. Tal caminho revela a natureza pública dos processos, a força do local e a dimensão do espaço potencial como um espaço de símbolos. A representação social é concebida como um processo dinâmico que envolve conceitos, matrizes e formas de intervenção que necessita, para se materializar, de um palco, um lugar, local.

Observa-se, portanto, que o espaço compreendido na forma descrita na LOM, não é capaz de perceber a complexidade que envolve a dinâmica social da cidade,

levando à elaboração de políticas distanciadas da realidade e das características que legitimamente representam a sociedade.

Normalmente, o que é visto na cidade é uma organização que contribui para a exclusão social. Observa-se que, no espaço urbano, os equipamentos e locais destinados à prática do lazer são reduzidos, concentrados e carentes de manutenção. No subúrbio de Salvador, essa situação é ainda mais grave em decorrência da falta de assistência por parte do poder público no âmbito político, econômico e social.

No seu artigo 270, a LOM aponta para uma forte tendência das políticas públicas municipais que se expressa pela vinculação do lazer ao desenvolvimento do turismo na cidade. Essa realidade, de certo modo, justifica as últimas intervenções da prefeitura no espaço urbano que visam a embelezar e maquiagem Salvador, conforme afirma Paraguassu (2002) no capítulo dois, ofuscando a miséria, a violência, a ausência de solidariedade e cidadania. Construindo a cidade-vitrine, através dos out-doors, cartões postais e cadernos de turismo, com seus fogos de artifícios, festas e balangandãs.

Também Correia (2001) aborda que Salvador vem se tornando um mero produto de marketing e exportação, através do fomento do turismo voltado para captar grandes corporações e recursos a exemplo da Ford, do Complexo Turístico Costa do Sauípe, o que representa os efeitos concretos da globalização na cidade. Afirma ainda que, nos últimos tempos, o volume de recursos foi destinado a obras de embelezamento do espaço em áreas de fluxo turístico consolidado ou potencial, como Dique do Tororó, Pelourinho, Farol da Barra, dentre outros.

Isso reafirma a inserção de Salvador no processo da globalização excludente, perversa e, conseqüentemente, a implementação de políticas públicas orientadas por este viés de desenvolvimento econômico e social.

Ao referir-se a questão do desenvolvimento, Favero; Rodrigues (2000), apresentam duas alternativas antagônicas. A primeira, centrada na categoria “tempo”, é movida pela cadência dos processos temporais: a inovação, a velocidade de circulação de informações, a atualização do conhecimento tecnológico, que visam à competitividade ou à inserção nas dinâmicas da globalização. A segunda centra-se na categoria “espaço”, que busca legitimar atores e considerar a diversidade, possibilitando que sejam afirmadas diferentes formas culturais de relação com a base material das sociedades. Este último modelo coloca a cidadania como condição do desenvolvimento, abrindo-se desse modo à pluralidade de tempos sociais, buscando impor limites à intensificação dos ritmos de apropriação dos recursos territorializados; ou seja, o desenvolvimento seria proporcionado pelas potencialidades do espaço local.

Diante deste quadro, é fácil perceber que o poder público de Salvador tem elaborado e implementado suas políticas a partir da primeira concepção de desenvolvimento, acarretando um processo de exclusão das comunidades locais por meio das intervenções e ações pensadas para estas.

Essa realidade se torna evidente quando se verifica que a proposta de recuperação da orla suburbana apresentada pelos moradores locais se diferencia da proposta do Governo do Estado que, em parceria com a Prefeitura de Salvador, pretende através do projeto de saneamento Ribeira Azul citado no capítulo dois deste trabalho, deixar a Baía de Todos os Santos limpa dos dejetos e esgotos domésticos até o ano de 2003, possibilitando a exploração turística das praias localizadas no subúrbio.

Porém, para Serpa (2001) a ampliação turística na região do subúrbio ferroviário baseia-se na velha lógica da construção de “cenários”, pois o turista poderá ter acesso

aos locais “turísticos” sem nenhum contato com a realidade de pobreza dos moradores no interior dos bairros.

Isto lembra Dowbor (1999) quando afirma que:

[...] a dramática centralização do poder político e econômico que caracteriza a nossa forma de organização como sociedade leva, em última instância, a um divórcio profundo entre as nossas necessidades e o conteúdo das decisões sobre o desenvolvimento econômico e social.

No artigo 271 da LOM, evidencia-se mais uma das contradições entre o que está previsto na lei e as ações do poder público. Enquanto a Lei Orgânica do Município faz referência à “promoção e integração social”, a Coordenadoria de Esporte e Lazer – COEL –, elabora atividades desarticuladas do objetivo proposto, como torneios e campeonatos de xadrez, dominó e futebol, direcionados para uma parcela pequena da população, comprometendo a possibilidade de integração entre os sujeitos sociais por intermédio das práticas de lazer.

Também o artigo 273 da LOM sinaliza que o município assegurará o acesso dos portadores de deficiência ao esporte, cultura e lazer. Porém, em recente matéria publicada pelo Jornal “A Tarde”²⁵ denominada “Acessibilidade para deficientes na capital é restrita às rampas”, discutiu-se o quanto ainda se precisa fazer para atender a essa demanda da cidade. Essa situação se agrava quando se fala do subúrbio que, desprovido de um bom serviço público, sofre com a falta de transporte, orelhões, rampas. Além disso, a crescente urbanização, a má distribuição de renda, a

²⁵ Reportagem “Acessibilidade para deficientes na capital é restrita às rampas”. A Tarde, Salvador, 13 de abr. 2003. Coluna Local.

especulação imobiliária..., contribuem para dificultar as práticas de lazer, principalmente nas áreas periféricas da cidade, onde moram as populações de menor poder aquisitivo, excluídas da sociedade.

Além da LOM, no decorrer da pesquisa, identificou-se a existência da Lei n.º 4.945/94, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer - CMEL (anexo 1), com a finalidade da “formulação de políticas públicas e implantação de ações destinadas ao fortalecimento das atividades esportivas e de lazer em Salvador”. Este conselho é, de acordo com Leiro (2001), referência nacional, sendo usado em outras casas legislativas a exemplo de cidades como Belo Horizonte e Curitiba, na formulação de conselhos em outros municípios da federação.

Entretanto, salienta o autor que, apesar da importância da lei para a implementação do processo democrático na elaboração das políticas públicas de lazer no município, esta tem se traduzido em “letra morta”, em decorrência da falta de vontade política da administração do então Prefeito de Salvador Antônio Imbassahy.

Durante todo o período da primeira administração do Prefeito Antônio Imbassahy, o tratamento dado ao referido direito e ao conjunto da referida política setorial foi marcado pelo silêncio legislativo da bancada governista e pela ação atomizada e centralizadora do executivo. Só no final do período legislativo, do primeiro mandato do Prefeito Imbassahy, que, por iniciativa de um vereador governista, foi apresentado um projeto de Lei nº 125/00, propondo a alteração da Lei 4.945/94, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Esporte e Lazer [...]. Na atual administração do Prefeito Antônio Imbassahy, a Lei de nº 4.945/94 que instituiu o Conselho Municipal de Esporte e Lazer e criou um fórum representativo e temático para refletir sobre o esporte e o lazer da cidade tem sido literalmente ignorada na sua dimensão histórica e incompreendida como instrumento setorial pela secretaria responsável pela questão, notadamente pelo principal gestor municipal das políticas de esporte e lazer em Salvador. (LEIRO, p. 109, 2001)

Tal postura do poder público está em concordância com o dizer de Linhales; Pereira Filho (1999), no capítulo dois deste trabalho, página 43, quando afirmam que o poder público no Brasil, ao elaborar políticas públicas de lazer protagonizou, e ainda protagoniza, políticas setoriais cuja prática tem sido populista, clientelista, baseada na barganha eleitoral e, ainda, em algumas gestões públicas personalistas, centralizadoras e autoritárias inviabilizando os projetos que visam à construção de uma sociedade mais democrática.

Deste modo, é preciso caminhar no sentido da construção de políticas mais democráticas que assegurem o lazer como um direito, com participação social e acesso aos bens culturais da sociedade, ampliando o processo da cidadania, conforme afirma Pellegrin citada por Cruz (2001):

[...] cabe às prefeituras, secretarias e aos órgãos públicos da administração em geral a busca de soluções para realizar transformações e adaptações necessárias no espaço de lazer, de forma que a população seja envolvida no processo, que seja levada em conta a apropriação que os cidadãos estabelecem com o espaço urbano como um todo e, mais especificamente, com o espaço de lazer. E para que isso se viabilize, é necessário trabalhar com estratégias de ação que privilegiem a participação da população.

Outro documento analisado nesta pesquisa refere-se ao Projeto Ribeira Azul apontado na página 56 deste trabalho. A entrevista aplicada ao diretor deste projeto, que é também diretor da Conder, possibilitou esclarecer alguns pontos sobre o funcionamento do Programa Ribeira Azul que desde 1998, vem realizando um processo de saneamento na região do subúrbio ferroviário.

Objetivando devolver a “balneabilidade” da Baía de Todos os Santos e, conseqüentemente, das praias de Salvador, o Baía Azul/Ribeira Azul prevê também a

exploração turística da orla suburbana via marítima. Isso permite a implementação do turismo náutico na região através da construção de marinas, pontos de atracação etc. Vale ressaltar que o interesse de investimento no turismo nunca foi tão grande por parte dos governantes como na atualidade.

Segundo Serpa (2001):

ao se pensar no impacto do Projeto Baía Azul, esquece-se de fazer uma análise mais profunda nessa direção. Pensa-se no que o turismo pode trazer em termos de vantagens econômicas, nessa área, podendo-se repetir histórias anteriores, como o caso do Pelourinho.

O que é o Pelourinho senão um cenário histórico, shopping museu a céu aberto? Um não-lugar sem sustentabilidade no tempo presente, não-lugar que se (re) inscreve sobre o passado ausente, agora restaurado e – sobretudo – “requalificado”? O Pelourinho é um shopping-museu repleto de turistas, em contraponto aos templos fortificados do consumo e do lazer – Shopping Iguatemi, Aeroclube Plaza, Shopping Barra – cheios de baianos desenraizados.

Guattari citado por Serpa (2001) diz que se vive num “nomadismo generalizado”, um momento onde o ser humano é desterritorializado e seus territórios [...] não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais.

Estas observações mostram como os cidadãos locais vão sendo sutilmente “desterritorializados” do seu espaço, excluídos do processo social, a partir das diferentes intervenções feitas pelo poder público no que se refere às políticas públicas.

Constata-se, portanto, que, ao contrário do que está proposto no programa original às intervenções até então feitas pelo Projeto Ribeira Azul, está longe de atender

os objetivos de promover a redução da pobreza urbana; promover o desenvolvimento econômico social; promover a cidadania e a participação comunitária.

Embora o Bahia Azul esteja na região realizando melhorias nas condições ambientais e sanitárias dos bairros, através deste Projeto, o subúrbio inteiro, incluindo aí Plataforma, ainda apresenta um alto índice de poluição. Este fato pode ser atestado pelos relatórios técnicos emitidos freqüentemente pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA)²⁶ que, regularmente, emite pareceres sobre a balneabilidade das águas da Baía de Todos os Santos.

Esta realidade foi também constatada ao verificar-se nas observações de campo que existe um grande número de esgotos que despejam seus dejetos nas praias do subúrbio, conforme se vê na foto a seguir, em que crianças, indiferentes aos riscos trazidos pela contaminação da água, banham-se em frente a uma das saídas do esgoto geral.

²⁶ A avaliação do Centro de Recursos Ambientais (CRA) é feita com base na análise microbiológica de amostras de água coletadas em 30 pontos. Os critérios para a rede de amostragem são a extensão da praia, localização de fontes poluidoras (rios urbanos, esgotos sanitários, resíduos sólidos e redes de drenagem de águas pluviais), freqüência de banhistas e facilidade de acesso. A coleta e as análises são feitas pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED) e Centro de Tecnologia Industrial Pedro Ribeiro (CETIND), que enviam os laudos para o CRA, que os interpreta. O parâmetro, em termos sanitários, para classificar as condições da praia é a densidade de coliformes fecais. O termo balneabilidade significa a qualidade das águas destinadas à recreação de contato primário (contato direto e prolongado com a água, o que acontece com natação, mergulho etc, com a possibilidade de ingestão). As praias consideradas próprias são aquelas nas quais 80% ou mais de um conjunto de amostras obtidas nas cinco semanas anteriores, no mesmo local, houver menos de 1000 coliformes fecais em 100 ml da amostra. Quando o índice for superior a 1000 coliformes fecais, a praia é considerada imprópria. O CRA recomenda evitar contato com água do mar nas saídas de esgotos e redes coletoras de águas pluviais; na desembocadura de rios urbanos e em tempos chuvosos. A tarde, Salvador, 25 ago. 2002. Coluna Local.



Foto 2 – Crianças brincam e tomam banho nas águas poluídas do Subúrbio Ferroviário

Cabe ressaltar, que as praias representam uma importância muito grande para o subúrbio e, particularmente, para Plataforma: seja pelo fato de ser uma das poucas opções de lazer da região, ou por constituir-se único espaço de trabalho para centenas de desempregados, que retiram dali seu sustento através da coleta de mariscos, peixe, camarão, siri.

No âmbito do lazer ou da sua negação, verifica-se que, além das águas poluídas que recebem grande quantidade de esgotos, as praias não têm infra-estrutura, como por exemplo, iluminação, sinalização vertical e horizontal, barracas, banheiros, entre outros serviços. Apresenta ainda pouca extensão de areia, talvez pelos sucessivos processos de aterramento na região sem um cuidado ambiental maior; e, ainda, apresentam acesso dificultado pelos trilhos do trem, que ocupam boa parte da extensão da praia, constituindo-se numa travessia perigosa para os banhistas.

Apesar disso, muitos são os moradores que freqüentam a praia regularmente, principalmente velhos e crianças que, não tendo recursos financeiros para se deslocarem para outras regiões, sobretudo à Ribeira, utilizam-se do espaço como uma das poucas opções de lazer existentes no bairro, fazendo dele o local de diversão que inclui: tomar banho de mar, tomar sol, jogar bola, jogar frescobol, namorar, ouvir som nos carros, dançar, beber, etc.

Sendo assim, torna-se cada vez mais urgente a intervenção do poder público neste espaço, com a finalidade de solucionar este problema que atinge milhares de moradores na região do subúrbio ferroviário de Salvador.

4.2 Políticas de lazer em Salvador: equívocos e contradições

Para a Coordenadoria de Esportes e Lazer – COEL - órgão da prefeitura responsável pela implementação dos projetos de lazer que atendem a cidade, atualmente, os programas promovidos, são: a 3ª Eliminatória do Campeonato Inter-bairros, o 3º Campeonato de Dominó da Cidade de Salvador e a Copa Dente-de-Leite que, segundo a coordenadoria, já vem sendo executada há mais de 20 anos pelo município.

De acordo com a COEL, esses projetos têm a finalidade de atender às reivindicações da comunidade; todos estão abertos à participação das diferentes regiões da cidade. Não há, dentro da programação da prefeitura, projetos direcionados exclusivamente a atenderem ao subúrbio, pois este é também contemplado pelos programas já citados.

Embora argumentando que as condições de atendimento às solicitações sejam ainda muito pequenas, a COEL acredita que os projetos desenvolvidos junto à cidade, são suficientes para atender aos interesses e necessidades das diferentes comunidades de Salvador.

Quando indagada sobre quem participa da elaboração dos programas de lazer da cidade, a COEL explicou que, a pedido do prefeito está, atualmente, trabalhando com a Ação Regional (AR), que é um órgão criado pela prefeitura em cada bairro, com a orientação de um coordenador, sendo este indicado por cada ação regional.

No município, são 17 AR's comandadas pela Coordenação Geral das AR's (CADES), que têm a finalidade de colocar cada vez mais pessoas participando dos eventos. A parceria é no sentido da prefeitura oferecer o evento e as comunidades disponibilizarem os recursos humanos para o trabalho do esporte e lazer, como campo de futebol, arbitragem, pessoal de apoio, etc. De acordo com a COEL, "o resultado vem sendo positivo: a comunidade vem participando mais nos eventos de esporte e lazer".

Isto coloca em discussão a questão da participação. Durante o processo de investigação deparou-se, muitas vezes, com situações em que os atores sociais eram mencionados como sendo participantes do processo de elaboração dos programas de lazer. Entretanto, quando questionados sobre os critérios utilizados para selecionar os participantes, a COEL argumentou que:

Nosso critério primordial é o pedido das comunidades que vão ao prefeito. O prefeito conversa com o nosso secretário. O secretário, com o nosso coordenador que viabiliza todos os eventos da cidade de Salvador.

Essa constatação leva a uma compreensão de que a participação mencionada pela representação do poder municipal tem um caráter estratégico de controle da situação, neste caso “participar significa adaptar-se às imposições do Estado ou do mercado, tidas naturais e inexoráveis” (FAVERO; RODRIGUES 2001).

De acordo com Teixeira (2001), uma das dificuldades no processo de participação entre a sociedade civil e poder público é a inexistência de canais permanentes de interlocução entre os diversos atores e a estrutura de poder.

Pode-se deduzir que aquela prática leva a uma centralização das ações, que é explicitada na hierarquização dos cargos prefeito/secretário/coordenador, alimentando uma rede assistencialista, onde o lazer é visto como favor concedido às pessoas e não um direito social que deve ser assegurado pelo poder público, mediante à abertura de espaços de diálogo com a sociedade.

A comunidade em primeiro lugar. A comunidade pede ao prefeito, ou vem pessoalmente à COEL, ou vem à SETRADS pedir ao secretário. Estamos à disposição das comunidades de Salvador. Todos os eventos que as comunidades quiserem fazer, estamos à disposição. Toda a cidade sem discriminação, ao subúrbio também [...].

Isto parece demonstrar que a COEL trabalha com uma compreensão de lazer bastante restrita, expressa nos projetos voltados exclusivamente para a área esportiva, conforme citado anteriormente. Além disso, estes são de pouco alcance e estão direcionados para uma clientela muito específica da cidade, geralmente pessoas do sexo masculino envolvidas com a prática do futebol e do dominó.

Em que pese a possibilidade desses programas estarem abertos a todas as comunidades, pela sua própria natureza, eles são segregadores. Percebe-se, também,

que não existe, dentro da COEL, uma política clara sobre a ação do poder público no processo de elaboração e implementação das políticas de lazer. Sem autonomia político-financeira, a COEL parece atuar basicamente em projetos de interesse político do executivo municipal, deixando órfãos desses espaços e práticas todo o restante da cidade que não pode ter acesso aos espaços cada vez mais privatizados.

Deste modo, a partir do quadro apresentado acima, é possível dizer que a participação dos atores sociais responsáveis pela elaboração e implementação das políticas públicas não é democrática, pelo próprio caráter dos eventos promovidos pelo poder público, voltados para a competição.

Também se identificou que as atividades propostas pela COEL, órgão responsável pela construção das políticas no município, não se orientam pela Lei Orgânica, dificultando ainda mais a implementação de políticas de lazer que atendam aos interesses da comunidade local.

Percebeu-se, ainda, que as políticas públicas dentro do município não são contínuas e sistemáticas, com exceção do campeonato de futebol que, conforme informou o coordenador da COEL, vem sendo realizado há mais de vinte anos pela instituição.

No plano teórico foi possível verificar que não existe uma definição clara sobre qual o projeto das políticas públicas de lazer. Esta situação se agrava quando se percebe uma grande confusão nos conceitos de esporte, competição lazer, etc.

Segundo Draibe citado por Linhales (2001),

A presença do esporte nas ações de governo atualiza contornos utilitários: esporte para combater violência, para reduzir consumo de drogas, para manter as crianças na escola, para melhorar a saúde da população, para ser feliz [...] O caráter assistencial sobrepõe-se no setor tornando remota, muitas vezes, a possibilidade do esporte ser realizado politicamente como direito social.

Sendo assim, identifica-se no discurso do órgão municipal, uma contradição muito grande entre a fala e a sua ação prática. Apesar de demonstrar preocupação com a formação do sujeito, os projetos, leis, documentos etc. do poder municipal, não apresentam nenhuma fundamentação teórica que oriente e sustente suas propostas.

As atividades planejadas pela COEL estão vinculadas à concepção de lazer centrada no divertimento, relaxamento, recuperação da força de trabalho, que manipula e disciplina os comportamentos dos sujeitos sociais. Esta postura leva à formação do cidadão conformado com a sua realidade, não oportunizando a reflexão crítica da sociedade.

Parte dos problemas relatados justifica-se pela ausência de recursos humanos qualificados, com formação específica para atuar no âmbito da elaboração e implementação das políticas públicas de lazer.

Segundo Silva (1997), a dimensão dada ao lazer no município se aproxima de algo mecânico, de simples preenchimento do tempo disponível das pessoas, uma forma de compensar os problemas sociais, desvirtuando a atenção pública.

Deste modo, recorre-se a Macedo citado por Pereira Filho (1998) que, analisando as relações históricas construídas entre o Estado e a sociedade brasileira, aborda que:

A não distinção entre o público e o privado em nosso país, constitui-se como a principal característica do modelo de dominação vigente, intitulado burocrático-patrimonial-estamental, que sempre teve como objetivo o mascaramento de privilégios sendo incapaz de colocar a máquina à serviço da população. As relações estruturam-se a partir de interesses pessoais e obrigações recíprocas, as demandas populares recebem o tratamento repressivo ou concessões pontuais em momentos de aprofundamento da crise.

Pode-se deduzir, portanto, que as diferenças entre público e privado ainda não chegaram à consciência da maioria da população brasileira. Isto explica porque, muitas vezes, setores que contestam as elites oligárquicas do país, utilizam-se destas práticas como forma de garantir sua governabilidade e também assegurar, para o futuro, apoio traduzido na forma de votos.

Buscando desvelar o olhar oficial sobre as políticas públicas de lazer no subúrbio ferroviário, também a representação da CONDER manifestou suas impressões sobre o tema. Quando questionada sobre as políticas públicas de lazer, a CONDER afirmou não existir dentro da sua estrutura de trabalho programas específicos elaborados pelo órgão para atender a realidade do lazer em Salvador. Sua atuação se dá basicamente na área habitacional. Entretanto, por ser, hoje, o lazer uma questão diretamente relacionada à organização social e espacial da cidade, a CONDER acaba intervindo em áreas físicas do município, nos projetos de recuperação ou construção de casas, como Viver melhor, Novos Alagados, entre outros.

Esta necessidade é ainda maior e mais complexa na região do subúrbio ferroviário que, em virtude da ocupação desordenada do espaço físico, da falta de infraestrutura e da grande desigualdade social e econômica verificada nesse local, requer uma maior atenção por parte da instituição.

Segundo a CONDER, no subúrbio ferroviário, existe o projeto Ribeira Azul, já mencionado, que abrange todos os bairros localizados entre a Ribeira e Plataforma. Constituído por um tripé: infra-estrutura, desenvolvimento ambiental e educação sanitária, este projeto visa a contemplar o lazer como uma das suas facetas.

Inserido no espaço do desenvolvimento ambiental, o lazer consta dos projetos por uma reivindicação da comunidade. Mas, mesmo assim, os programas visam a incentivar iniciativas já existentes no local, como por exemplo, a recuperação de espaços físicos (campo de futebol, quadras, jardins...). Em outras áreas da cidade, a CONDER tem assegurado a recuperação e construção de outros espaços de lazer a exemplo do Dique do Tororó, Parque de Pituaçu, Lagoa do Abaeté.

[...] na parte de desenvolvimento ambiental é que há programas de incentivo às iniciativas já existentes na comunidade. Exemplo: campo de futebol, melhorando, ampliando e equipando os espaços em geral. [...] há projetos de campo de futebol, quatro, cinco quadras, que já existiam construídos pela igreja. Recuperamos, construímos sanitários, sala de treinamento. Nosso trabalho é mais forte nessa área do que na área cultural que são reivindicações que ainda não conseguimos absorver. A principal diretriz é a de potencializar as iniciativas que já existem em curso na CONDER. Trabalhar nas ligas, clubes de dominó, clubes culturais, que estão na área, estão organizados e que conseguem apresentar suas reivindicações [...] Então essas iniciativas que são encontradas nas comunidades foram reivindicações feitas por eles, a comunidade.

Para a CONDER, as parcerias com a prefeitura não estão acontecendo: elas são difíceis de serem viabilizadas, uma vez que os compromissos firmados na recuperação dos espaços, deixam a desejar. Relatando sobre a recuperação de um campo de futebol na região do subúrbio, a CONDER disse que construiu o campo, o vestiário e ficou faltando o alambrado, que foi solicitado à prefeitura, pois a verba da instituição já

tinha acabado. Esse alambrado não foi conseguido pelo poder municipal prejudicando, inclusive, a continuação do projeto de recuperação da área, já que as casas ficam em torno do campo, gerando queixas tanto dos praticantes de futebol, como dos moradores residentes a sua volta.

No que se refere à participação da comunidade, a CONDER afirma que, para os programas da região, existe uma coordenação sócio-ambiental no projeto Ribeira Azul, que é responsável pela organização da participação dos moradores do local.

Segundo a CONDER, os projetos são feitos por subáreas que agrupam todas as entidades, desde associações, clubes que têm atuação no bairro, etc. Funcionam como um fórum: há um conselho de representantes de ruas para cada 60/80 famílias, que discute, principalmente, a questão do projeto físico.

Há uma coordenação sócio-ambiental aqui: ela é quem organiza. Os projetos são feitos por sub-áreas que agrupam todas as entidades que atuam na área desde associações, clubes que tenham atuação na área. Funcionam como fórum de discussão para projetos. Há um conselho de representantes de ruas: para cada 60/80 famílias, elege-se representantes que formam o conselho. Esse conselho discute principalmente a questão do projeto físico [...]

Embora tenha relatado que o lazer não é a sua área prioritária, a CONDER tem atuado bastante em Salvador, particularmente no subúrbio ferroviário, com intervenções na sua estrutura física. Entretanto, muitas dessas intervenções desconsideram a participação da comunidade como, por exemplo, a construção do Centro César Borges de Arte, Cultura e Esporte, que não foi devidamente discutido com a população local.

Essa idéia também ganha corpo quando a CONDER diz não haver critérios para a execução dos programas de lazer na cidade, já que não é uma prioridade da

instituição atuar nesse campo. Como já foi dito, busca-se recuperar os espaços físicos existentes, como: jardins, praças, parques, quadras, etc. Essa tem sido a intervenção da CONDER, inclusive com o projeto Ribeira Azul, que atende à Plataforma e a todo o subúrbio ferroviário.

A CONDER reconhece, ainda, que há uma carência de espaços de lazer muito grande no subúrbio ferroviário de Salvador, ocasionada principalmente pela desorganização do espaço urbano:

Há uma carência muito grande de micro espaços de lazer, porque se tem áreas densamente ocupadas, com a rua estreita, as casas não têm quintal, o espaço de lazer é a rua. Não só do lazer, mas de toda convivência. As ruas são muito comprometidas. Em nossos projetos de intervenção tentamos valorizar os centros de lazer ainda existentes, mas há uma certa incompreensão dos agentes financiadores dessa necessidade são coisas mínimas para conservação, mas eles acham que estão gastando muito [...]

Como se observa, as parcerias realizadas entre o poder público e os organismos internacionais impossibilitam a concretização de políticas públicas de lazer que estejam direcionadas para atender à demanda da população local, criando-se um vazio muito grande no que se refere aos espaços de lazer destinados à comunidade.

4.3 Um olhar da cidade invisível

De acordo com Paraguassu (2002) “o desprazer que as invisibilidades reais podem provocar e a impossibilidade de conhecê-las”, torna mais difícil a tentativa de entender Salvador dentro da sua complexidade. Segundo o autor, os cidadãos

enquanto construtores do cotidiano, são responsáveis pela aceitação de tal invisibilidade. Seja pelo bairrismo que impede de mostrar as mazelas da cidade ou pela impossibilidade de conhecer a totalidade do real.

Há de se compreender que as visibilidades e invisibilidades de Salvador só serão percebidas na medida em que a cidade vier a ser entendida como um palco de conflitos. Neste sentido, é preciso estabelecer um diálogo com visões distintas dos grupos, classes, camadas da sociedade, após um diálogo com a visão oficial sobre as políticas públicas de lazer na cidade. Debruçar-se-á, portanto, no desejo de conhecer um pouco da outra realidade a partir de um dos olhares da cidade invisível, no caso, da AMPLA, representação do subúrbio ferroviário de Salvador.

Segundo Paraguassu (2002) “a consciência de que os construtores da invisibilidade urbana sempre estarão entre nós é que nos oferece a convicção de que a única chave pela qual é possível desvendá-la é através do diálogo [...]. Considerando que a parte invisível, ocultada e ignorada da cidade é a maior, pretende-se compreendê-la a partir do diálogo que se segue.

Para a AMPLA, que representa o bairro de Plataforma e, em muitos casos a comunidade do subúrbio, existem sim, programas de lazer no município. Entretanto, esses atendem quase que exclusivamente a uma pequena parcela da população de Salvador, que se concentra no centro da cidade. No que diz respeito ao subúrbio, a representante da AMPLA afirma que:

Na periferia em que atuo que é Plataforma, a comunidade não tem lazer. Digo isso por experiência própria: sou educadora, moradora do bairro e não vejo lazer no bairro. Somos esquecidos em termos de cultura, de lazer, de esporte em geral. Em Plataforma não há uma quadra de esporte legal, não tem um centro cultural, um anfiteatro.

Não tem nem um barzinho digno onde os casais, as famílias possam se sentar para um bate-papo legal! Imagine só o lazer, seria muito.

Segundo a AMPLA, o único espaço de lazer do bairro é a praça São Braz que, recentemente recuperada pela prefeitura, não privilegiou os espaços de lazer:

Discutimos todo o processo de revitalização da Praça São Braz, onde a Faculdade de Arquitetura juntamente com a AMPLA, desenvolveu o projeto. E quando começou a reforma da praça, a prefeitura veio com o seu pacote fechado, onde não botou a área de lazer na planta, onde tínhamos solicitado uma quadra de esporte, um parque infantil que Plataforma não tem... A Prefeitura traz esse bando de cimento nos bancos, piso de cimento, onde não fica um espaço ideal para o lazer.

Para Serpa (2002), “a praça foi recuperada com a adoção de estratégias autoritárias, sem discussão com os moradores, e com o uso de materiais (e repertórios) comuns a outros espaços de lazer da cidade, não levando em consideração as particularidades do local”.

Ainda assim, considerando a falta de outra opção, a praça chega a abrigar, nos finais de semana, aproximadamente 5.000 (cinco mil) pessoas. Isto porque existe em Plataforma um alto índice de pessoas e famílias desempregadas que vivem, muitas vezes, com um salário mínimo ou menos, não dispendo de condições financeiras para se deslocarem para outras áreas da cidade, nem dinheiro para pagarem a entrada de um cinema, um teatro. Deste modo, os moradores acabam disputando o único espaço de lazer acessível do bairro, a Praça São Braz.

Ali, as questões como o vandalismo, a questão do velotrol, bicicleta, a bebida, o sexo. Falando sobre a sexualidade, nós vamos ao assunto de que em todos os pontos da cidade há um motel, na periferia não: é abordado na frente das crianças, dos idosos. É uma coisa muito

complexa! Aí vejo como as questões da periferia são abordadas, e trabalhadas.

Quando questionada sobre a orla de Plataforma como espaço de lazer, a diretora do AMPLA informou que, embora não tendo as condições básicas atendidas, a disputa pela praia é muito grande: banhistas, velhos, jovens, crianças, todos ocupam o mesmo espaço em busca de diversão, apesar de estarem submetidos à violência existente no subúrbio e à poluição do mar.

Conforme se pode verificar na foto abaixo, existe uma grande concentração de lixo nas margens da praia, demonstrando claramente o descaso do poder público municipal em relação aos espaços de lazer. Pode-se ainda, perceber a inadequada ocupação do solo com casas construídas literalmente dentro do mar, impedindo o acesso dos moradores à praia.

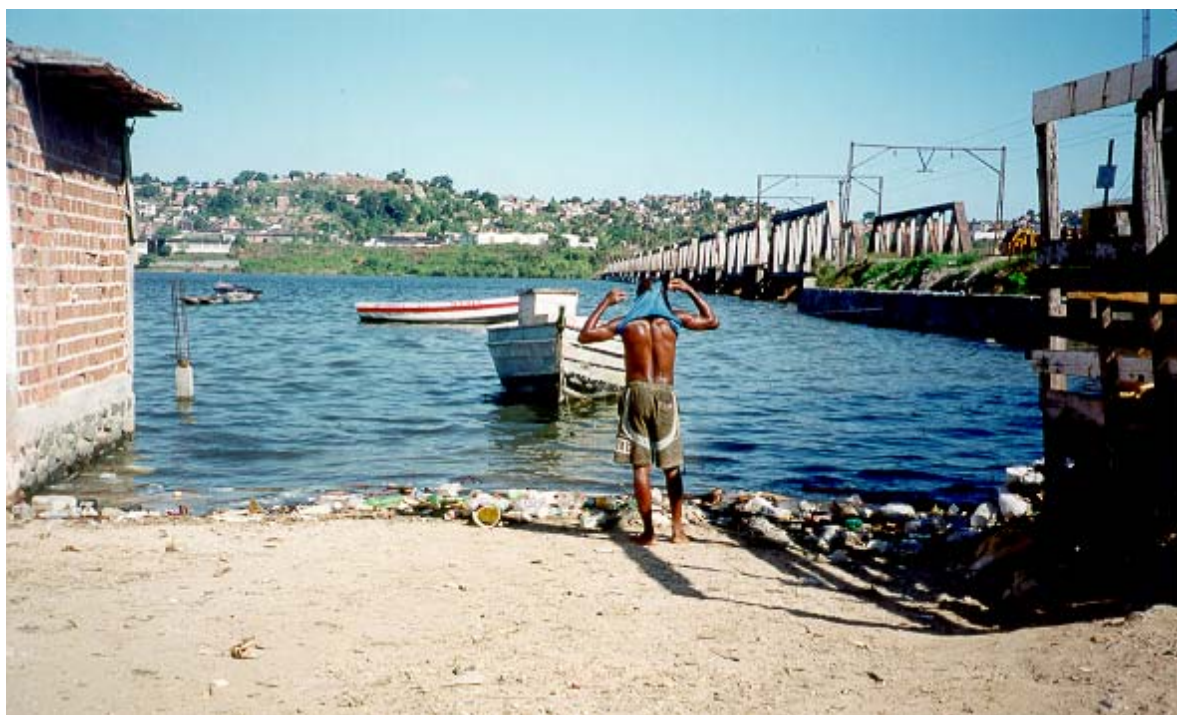


Foto 3 – Lixo e descaso na região do subúrbio

Temos a Baía de Todos os Santos de frente. A rede ferroviária, transporte de Plataforma. A rodagem terrestre, que é abandonada, onde se encontra uma viela onde não tem saneamento básico, não tem esgotamento sanitário, onde não há a coleta de lixo, muitos ratos. Por outro lado você vê uma beleza, no outro você vê o abandono. Você vê a diferença no centro: você tem a orla por tudo quanto é lugar, onde as pessoas podem fazer sua ginástica, seu Cooper. As pessoas de idade ou não, podem caminhar, que é uma forma de se exercitar para quem não tem condições de ir a uma academia. E você aqui não tem esse mesmo direito. Temos uma orla que não está ao nosso dispor: você não pode desfrutar. Ela está abandonada, esquecida. E nós estamos pressionando constantemente os poderes públicos para que olhem, dêem atenção à periferia, uma melhor qualidade de vida ao povo de Plataforma. É, na verdade, somos esquecidos. Aí, pergunto a você para que existe a beleza, se não podemos tocar, vivenciar aquela beleza? (AMPLA)

Os diferentes olhares dos atores sociais, sobre a existência ou não das políticas públicas de lazer na cidade de Salvador e, particularmente, no subúrbio ferroviário, demonstram o grau de conflito que se estabelece hoje na sociedade entre aqueles que, de um lado têm o poder de determinar e implementar as ações de lazer, e, do outro, os que reivindicam por programas de lazer como forma de garantir um direito social e a melhoria da qualidade de vida.

Linhares; Pereira Filho (1999) afirmam que:

As políticas públicas desenvolvidas nos sistemas capitalistas precisam ser compreendidas no bojo dos conflitos de interesse que se estabelecem entre o capital e o trabalho. A ação do Estado, bem como as possibilidades e os limites da construção da democracia, encontram-se condicionados por essa dinâmica.

Para a AMPLA, Plataforma não quer muita coisa, apenas o essencial, como: urbanização das praias do subúrbio, cine-teatro, centro de cultura. A demanda por lazer nesta região é tão grande, que a entidade vai colocá-la como prioridade n.º 1 no Plano

Diretor de Salvador, ao lado da educação e da saúde . A intenção é valorizar os grupos culturais existentes na região, que não têm um local apropriado para expor seus trabalhos.

Falando sobre o Plano Diretor²⁷ Serpa (2002), diz que a sua “elaboração ilustra a perda de autonomia das sociedades locais no processo de gestão da cidade”. “É nos gabinetes da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal que vêm sendo detalhadas as etapas do plano”.

A AMPLA afirma que sua participação junto ao poder público se dá através da FABS – Federação das Associações de Bairros de Salvador, que se reúne toda semana para discutir o Plano Diretor do Município e, dentro deste, as dificuldades enfrentadas pelo bairro de Plataforma, nos diversos setores da sociedade. Porém, observa que o Plano Diretor, assim como outras ações da prefeitura, estão muito voltados para o centro da cidade - local onde se concentra maior número de espaços de lazer e de turistas.

Diz ainda que as periferias e o subúrbio ferroviário, não só em termos de lazer, mas também de saúde e segurança, não serão contemplados se as entidades sociais não se organizarem para fazer uma intervenção, mas serão esquecidas e eliminadas com a nova proposta do Plano Diretor. Isso mostra que a participação tem sido utilizada mais como uma forma de legitimar as propostas já elaboradas pelo poder municipal, do que para debater concretamente as políticas públicas da cidade.

²⁷ Plano Diretor é um instrumento de planejamento urbano, um conjunto de leis e normas que norteia, por exemplo, o uso e a ocupação do solo, a distribuição de infra-estrutura e equipamentos públicos, direcionando e priorizando também os investimentos públicos e privados no desenvolvimento futuro das cidades (SERPA, 2002).

O professor e arquiteto Armando Branco, ao se referir à questão, afirma que:

[...] se acentua o descrédito do exercício do planejar, aposta-se que não é importante dar conhecimento aos cidadãos sobre as intervenções que impactarão a vida dos habitantes. Há uma dificuldade em superar esta postura, inclusive nos setores de governo que declaram, publicamente, o interesse da participação cidadã em determinadas iniciativas [...].

[...] esses administradores admitem que a intervenção é benéfica em função das nossas carências em equipamentos e serviços comunitários, sendo desnecessário o processo de participação comunitária, pois resultaria em atrasos para a execução das obras e não atendendo aos prazos políticos de execução. (<http://www.urbanismo.hpg.ig.com.br/artigos004.htm>. Acesso em: 26 de dez. 2002)

Outra questão central no diálogo com a AMPLA se refere à cultura. Segundo a entidade, existem hoje grupos de teatro, capoeira, cultura afro, reunindo aproximadamente 200 jovens da região, que querem ser profissionais e mostrar o seu trabalho. Entretanto, a falta de espaços em Plataforma e em outras regiões de Salvador, dificulta essa ação. Através do lazer e da cultura, é possível resgatar muitos jovens que, hoje, andam dispersos envolvidos com as drogas, os chamados jovens de alto risco. Acredita-se, no entanto, que uma articulação entre educação e cultura seja capaz de minimizar este problema social.

Tendo uma compreensão de lazer enquanto um espaço de reunião, de integração, de mobilização, a AMPLA defende a implementação de políticas públicas de lazer como um direito social; e, sobretudo, como um mecanismo de melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Posicionando-se sobre o papel desenvolvido junto às manifestações de lazer organizadas pela comunidade, destaca que, há anos, vem percebendo sua

problemática. A AMPLA discute as propostas mensalmente com a população local, estabelecendo as prioridades do bairro. Estas são reivindicadas junto aos órgãos públicos através de audiências, que visam a atender às demandas da comunidade. As principais reivindicações de Plataforma giram em torno da questão da cultura e lazer, que não existe, agravando o quadro social encontrado nesse espaço.

Deste modo, as políticas públicas de lazer defendidas pela AMPLA, caminham no sentido da democracia participativa, onde se busca a abertura dos canais de participação popular, superando o modelo tradicional centralizador, hierárquico de Estado, visando à qualidade de vida do cidadão.

4.4 O olhar do outro

Objetivando enriquecer o debate sobre as políticas públicas de lazer no subúrbio ferroviário de Salvador, dialogou-se com a representante do CEAS, uma Organização Não-Governamental, que atua no processo de organização popular, preparando as comunidades para que se defendam das ações nefastas do poder governamental, saindo do campo da denúncia e apresentando proposições que visem a superar as políticas públicas liberais implementadas atualmente pela prefeitura local.

Quanto às relações com o poder público municipal, o CEAS diz buscar uma certa autonomia em relação a ele, pois:

É autoritário, ele é o aparelho da dominação burguesa. E é preciso o máximo estar desvendando, pra você estar entendendo por que essas coisas de implementação em alguns momentos geram a exclusão

social. Então, nosso papel é provocar, botar fermento no bolo, para que o povo, nessa ação de questionar, de denunciar, também proponha e descubra que esse Estado que tem excluído o acesso ao lazer, a quem ele pertence, o que é a estrutura que tem por trás.

Esta é outra grande contradição observada no discurso oficial: a suposta democratização dos seus programas de lazer. Colocados como de interesse da comunidade, estes, normalmente, não representam e nem atendem às necessidades daqueles que a vivenciam. São, na verdade, uma forma de justificar a (in)existência das políticas de lazer na cidade, através de um processo de legitimação das ações governamentais.

Esta tese é reforçada quando se verifica que a CONDER, não tem programas de lazer específico para suprir a cidade, preocupa-se basicamente em recuperar as áreas já existentes, dotando-lhes de uma melhor infra-estrutura que, geralmente, limita-se a urbanizar o espaço público. Isso demonstra que as políticas de lazer implementadas pelo poder público são previamente definidas pelos seus elaboradores e visam a atender projetos que não estão preocupados com a participação dos atores sociais.

O CEAS, que também atua junto à comunidade de Plataforma organizando e assessorando os moradores, aborda o lazer como uma das facetas do processo de ocupação espacial do bairro, ou seja, ele está articulado à questão habitacional e a outros fatores como: desemprego, educação, política, cultura, etc. Para o CEAS, “se não existe a implementação de políticas públicas do ponto de vista da moradia, imagine do lazer! Uma coisa tão insignificante do ponto de vista do poder público”.

Segundo o CEAS, atualmente, existe uma intervenção em Plataforma, numa área denominada “15 de Março”, que reúne aproximadamente 250 famílias, onde a

prefeitura e a CONDER projetaram a construção de um centro de lazer que prevê a garantia, entre outras coisas, do acesso às práticas de esporte.

O Centro César Borges de Arte, Cultura e Esporte²⁸ como é chamado, foi uma iniciativa das Voluntárias Sociais da Bahia do governo passado, em parceria com Vampeta, Popó e Rosana Abubakir, que seriam, inicialmente, os responsáveis pela coordenação dos projetos de futebol, boxe e balé, respectivamente.

O projeto pretende oferecer atividades esportivas, educacionais e de lazer a 200 crianças e adolescentes da região do subúrbio. Sob a coordenação da Secretaria de Educação do Estado, ele se coloca como uma complementação cultural, segundo informações da CONDER, órgão responsável pela construção e recuperação do espaço.

Referindo-se ao projeto comunitário, o CEAS chama à atenção para a forma abrupta como o equipamento se instalou na região. O complexo foi construído numa localidade onde a prática do esporte já existia, oportunizando, através deste, toda uma rede de relações entre a comunidade e o espaço físico, sobretudo no processo de criação de regras de convivência.

Com a criação do centro, essa articulação entre a comunidade e o espaço social ficou prejudicada, já que o novo equipamento não só substituiu o antigo, mas, principalmente, alterou as relações que haviam sido criadas em torno deste, impondo uma nova dinâmica para a região, estruturando-a a partir do olhar oficial e, conseqüentemente, da sua concepção de lazer.

²⁸ Popó e Vampeta participam de evento de caridade. Disponível em www.esportes.terra.com.br. Acesso em: 01 de abr. 2002.

Para o CEAS, o lazer assume um processo de diálogo entre o Estado e a sociedade, conforme pode ser visto abaixo:

Falar de lazer, é você fazer projeções sociais, aglutinar as relações de vizinhança, relações afetivas que estabelecem possibilidades de organização... De repente, o poder público não leva em consideração isso. Então, do nosso ponto de vista, enquanto CEAS, infelizmente a ação nessa perspectiva de políticas públicas no contexto popular..., ela é inexistente. Agora, quando a gente olha outros eixos, vertentes, vetores da cidade, você vê projeções de lazer na área do Dique do Tororó; você vê projeções de lazer em toda orla; projeções para o vetor norte da cidade; mas, para a suburbana, principalmente, e algumas áreas do contexto popular do centro da cidade, essas projeções não acontecem.

Para superação deste atual estágio, busca-se a descentralização das políticas públicas abrindo espaços de diálogo entre Estado e Sociedade através da legitimação, valorizando o espaço local e promovendo o desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contextualizar a discussão sobre políticas públicas de lazer no âmbito nacional, pode-se dizer que, essas, no Brasil, foram planejadas e estruturadas hegemonicamente a partir de uma concepção elitista de sociedade, que se expressa nos programas populistas, autoritários, burocráticos e centralizadores existentes no país.

Dentro desta lógica encontra-se Salvador que, através das ações do poder executivo, aponta para um tipo de governo, o qual centrado nos princípios citados anteriormente, torna-se um legítimo representante do projeto neoliberal, uma vez que submete toda a sociedade a uma política voltada para o mercado, ampliando as desigualdades sociais através da exclusão em massa.

A partir das leituras e análises dos documentos que expressam as intenções do governo municipal de Salvador, e também da análise das entrevistas e observações realizadas em Plataforma, subúrbio ferroviário, foi possível desenhar o quadro destas políticas na região, a partir do olhar dos representantes da população.

A pesquisa mostra que, apesar de rica na sua história e trajetória política e cultural, Plataforma é pouco assistida pelo poder público municipal. Isto está expresso nos documentos que orientam as políticas públicas de lazer na cidade, bem como nas intervenções feitas pelo poder municipal nos últimos anos.

Este quadro mostra que o poder público municipal tem pouca disposição de dialogar com as distintas comunidades da cidade, implementando ações que estão desarticuladas da realidade social soteropolitana, conforme se verificou nas observações e entrevistas (capítulo 5). Isso só fortalece o entendimento de que as

políticas públicas realizadas pelo governo local são autoritárias, antidemocráticas e excludentes.

Identificou-se, também, que o poder executivo municipal não tem um órgão específico que elabore e execute as políticas de lazer na cidade, com recursos próprios, que possam satisfazer à demanda. A Coordenadoria de Esportes e Lazer – COEL, vinculada à Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social – SETRADS, em que pese seu esforço para atender à comunidade soteropolitana, não tem um projeto claro com políticas bem definidas; não apresenta autonomia político-financeira, nem recursos humanos qualificados e suficientes para atender às demandas do subúrbio e, muito menos, da cidade.

Diante da ausência deste órgão e da concepção de políticas públicas do governo municipal, as ações administrativas tornam-se assistemáticas e descontínuas: utilizadas de quando em quando, normalmente para satisfazer interesses políticos localizados, que redundam em ações frágeis e inconsistentes, resultando num vazio que acaba sendo ocupado pela iniciativa privada que, atenta às novas demandas, transforma o lazer em mercadoria acessível a uns poucos privilegiados dentro do sistema social: aqueles que podem pagar; ficando, todo o restante da cidade, duplamente desassistido, seja pelo poder público ou pela iniciativa privada.

Outro problema constatado, refere-se aos recursos humanos. Sem interesse de investir na área, a Prefeitura não qualifica seus quadros de maneira que estes possam dar conta da sua competência. Na concepção que se procura defender, o poder público deve enfrentar os problemas com políticas claras, democráticas e bem definidas que busquem sanar as desigualdades, através da divisão mais eqüitativa dos recursos existentes na cidade.

A pesquisa possibilitou inferir também que a administração municipal não tem interesse em estimular e, muitas vezes, não tem conhecimento das práticas de lazer que vêm sendo desenvolvidas no subúrbio ferroviário. Isto se deve em parte à falta de comunicação entre o poder público e a comunidade local, abrindo uma lacuna muito grande no processo de diálogo entre o governo e a sociedade.

Foi possível identificar, ainda, que o processo de participação da comunidade local na elaboração e implementação das políticas é muito pequena. Apesar dos representantes oficiais declararem que a participação existe, percebe-se que, no que se refere à questão do poder de decisão, a população efetivamente não participa das decisões sobre as políticas públicas de lazer no subúrbio ferroviário.

Isto remete a uma compreensão de que a participação da população se dá eventualmente, quando chamada pelo poder público ou quando se trata de questões de interesses específicos e imediatos. Mesmo assim, essa participação está limitada à coordenação do COEL e da CONDER com alguns líderes comunitários – muitos indicados politicamente – ficando a maior parte da população distante do processo decisório, prevalecendo a idéia de participação como consulta, como algo concedido pela Prefeitura, muitas vezes para legitimar as ações e interesses desta.

É preciso, portanto, reverter este quadro a partir dos avanços da Constituição Brasileira, muitos já mencionados neste trabalho, visando à construção de um modelo de governo que possa atender aos interesses coletivos da sociedade, através de uma gestão democrática, universalista, que distribua renda e que assegure os direitos sociais previstos na Constituição.

Para tanto, faz-se necessária a redefinição das competências do município, sobretudo na relação deste com a população, na gestão dos recursos políticos, sociais,

econômicos e técnicos e no atendimento das demandas sociais requeridas pela população.

Para finalizar, são apresentadas algumas sugestões para a implementação de políticas públicas de lazer em Salvador, numa perspectiva mais democrática, que seja capaz de contribuir na resolução das questões levantadas durante esse trabalho.

Estas, devem reintroduzir os grupos excluídos à sociedade, numa tentativa democrática de construir uma identidade coletiva que busque promover a cidadania, através da criação de espaços públicos que oportunizem o ingresso dos excluídos, redirecionando a luta democrática pela ampliação da oferta dos direitos sociais, numa perspectiva de construção da cidadania.

As políticas devem estar centradas nos princípios humanistas e democráticos, entendendo o homem enquanto cidadão e participante ativo do processo de elaboração das políticas públicas de lazer, melhorando a qualidade de vida e a educação dos sujeitos sociais.

É preciso captar as nuances dos grupos sociais que fazem parte dessa extensa rede de relações que forma o contexto urbano do subúrbio ferroviário e de Salvador, abordando as políticas públicas de lazer como um indicador significativo da cultura da cidade, além de construir um importante canal de interlocução entre Estado e sociedade, a fim de disseminar os valores educativos, culturais, políticos e sociais, nos projetos previstos para atender à comunidade.

É necessário, ainda, que o poder público municipal invista mais no social, aumentando sua participação na sociedade e diminuindo a privatização dos espaços públicos e a mercadorização dos projetos de lazer por parte do capital privado,

garantindo os direitos sociais e melhorando a qualidade de vida das comunidades, através da alocação de recursos de maneira mais adequada.

Por fim, é necessário definir, de maneira clara e objetiva, os princípios político-pedagógicos que devem nortear as ações de elaboração e implementação das políticas públicas de lazer na cidade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALVES, Luiz Roberto. **Comunicação e Políticas Públicas ou de como fazer retornar a cidadania à cidade**. (1998) Mimeo.

ALVES-MAZOTTI, Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1995.

BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

CERTEAU, Michel. **A cultura no plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

COHN, Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp12>. Acesso em: 07 de jan. 2003.

COHN, Amélia. Os governos municipais e as políticas sociais. In: SOARES, José Arlindo; CACCIA-BAVA, Silvio (Org.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

CORRÊA. Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA. Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.

CORREIA, Cláudio. Entre o global e o local: Salvador em tempo de crise. In: LIMA, Paulo Costa (Coord.). **Quem faz Salvador**, Salvador: UFBA, 2002.

CRUZ, Manoel Luís Martins da. A experiência da Frente Popular de Florianópolis. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, (2001).

CUNHA, Edite da Penha. & CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysson, et al (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DAMATTA, Roberto. **O que faz Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2001.

DEMETER, Paulo Roberto. **Políticas públicas: é preciso conhecer**. Disponível em: <www.aatr.org.br>. Acesso em: 10 jan.2003.

DOWBOR, Ladislau. Globalização e tendências institucionais. In: **Desafios da globalização**. Petrópolis: RJ, Vozes, 1997.

DOWBOR, Ladislau. **O poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, SESC, 1999.

ESPINHEIRA, Gey. A cidade invisível e a cidade dissimulada. In: LIMA, Paulo Costa (Coord.). **Quem faz Salvador**. Salvador: UFBA, 2002.

FAVERO, Celso. & SANTOS, Stela Rodrigues dos. **Pobreza, desenvolvimento sustentável e educação**. 2000. Mimeo

FAVERO, Celso. Divertimento e sofrimento: A exclusão social na era da globalização. **Revista da FAEEDBA. Universidade do Estado da Bahia**, Salvador, Ano 1, n. 1, p. 1 – 14, jan. / jun., 1992.

FAVERO, Celso Antonio; SANTOS, Stela Rodrigues dos. **Semi-árido: fome, esperança, vida digna**. Salvador, BA: UNEB, 2002.

FRANCESCHI NETO, Márcia de. **Lazer: opção pessoal**. Brasília, DF: Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação, 1993.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Disponível em: <www.ipea.gov.br/ppp/ppp21>. Acesso em: 05 fev. 2003.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

GARCIA, Antonia. Movimentos sociais da cidade D'oxum. In: **Quem faz Salvador?** Coordenador Paulo Costa Lima et al. Salvador: UFBA, 2002.

GEBARA, Ademir. Considerações para uma história do lazer no Brasil. In: BRUHNS, Heloísa (Org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.

GUIMARÃES NETO, Leonardo; ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Poder local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil. In: SOARES, José Arlindo; CACCIA-BAVA, Silvio (Org.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1999.

LEIRO, Augusto César Rios. **Lazer e educação nos parques públicos de Salvador: encontro de sujeitos em espaços de cidadania**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da UFBA. Salvador, 2001.

LINHALES, Meily Assbú. Lazer, cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da possibilidade da liberdade e da ação política. **Revista Licere**, Belo Horizonte, v. 1, p. 19 – 30, set., 1998.

LINHALES, Meily Assbú. Jogos da política, jogos do esporte. In: MARCELLINO, Nelson C. (org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores associados, (2001).

LINHALES, Meily Assbú; PEREIRA FILHO, José Ribamar. Intervenção, conhecimento e mudança: a educação física, o esporte e o lazer nas políticas públicas. In: GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Educação física ciências do esporte: intervenção e conhecimento**. Florianópolis, SC: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999.

MAGNANI, José Guilherme C. Lazer, um campo interdisciplinar de pesquisa. In: BRUHNS, Heloisa; GUTTIEREZ (Org.). **O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas, SP: Autores Associados. Comissão de Pós-graduação da faculdade de Educação Física da UNICAMP, 2000.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no Pedraço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARCELLINO, Nelson. **Lazer e Educação**. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MARCELLINO, Nelson. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson. **Lazer e humanização**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

MARCELLINO, Nelson. **Esporte e lazer**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOURA, Terciana Vidal. Memória de Plataforma: o resgate de histórias de bairro, como mecanismo de inclusão, identidade e participação social. In: MENEZES, Jaci Maria Ferraz de (Org.). **Educação na Bahia: Coletânea de textos**. Projeto memória da educação na Bahia. Salvador: Editora da UNEB, 2001.

NEGRINE, Airton. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA, Vicente; TRIVINOS, Augusto (Org.). **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre : Editora Universidade/UFRGS/Sulina, 1999.

OLIVA, Alberto. **Epistemologia: a cientificidade em questão**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec UNESP, 1998.

PARAGUASSU, Marcos. Os construtores do discurso sobre a cidade invisível. In: LIMA, Paulo Costa (Coord.). **Quem faz Salvador?** Salvador : UFBA, 2002.

PELLEGRIN, Ana De. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: **Políticas Públicas setoriais de lazer**. Nelson Marcelino (org.). Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

PEREIRA FILHO, José Ribamar. **Complexo da maré: possibilidades de construção da cidadania a partir de políticas públicas nas áreas de esporte e lazer**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, UGF, Rio de Janeiro, 1998.

RECHIA, Simone. Cidade, lazer e natureza: possíveis conexões. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO ESPORTE**, 12., 2001, Caxambu – MG. Anais... Caxambu – MG: CBCE, 2001.

ROCHA, Luiz Carlos. **Políticas públicas de lazer na cidade de Salvador: um estudo de caso sobre o Dique do Tororó.** 1999. **Monografia (Curso de Especialização em Educação – Universidade da Bahia, Salvador, 1999.**

RAGO, Margareth. O cassino americano, ou reflexões sobre o lazer em tempos pós-modernos. In: BRUHNS, Heloísa; GUTIERREZ, Gustavo (Org). **O corpo e o lúdico.** Campinas, SP: Autores Associados. 2000.

ROLIM, Liz Cintra. **Educação e Lazer: a aprendizagem permanente.** São Paulo: Ática, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Seminário Internacional: Sociedade e a reforma do Estado. A reinvenção solidária e participativa do Estado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 9. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo/Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMIDT, Benicio Vieiro. **O Estado, a Nova Esquerda e o Neocorporativismo.** (1996) Mimeo.

SERPA, Ângelo. **Fala periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano.** Salvador: UFBA, 2001.

SILVA, Manoel Carlos B. Reflexões acerca da política de lazer da cidade de Vitória. In: ANJOS, José Luiz dos (Org.). **Ensaio educação física e esporte.** Vitória: UFES/Centro de Educação Física e Desportos, 1996.

SILVA, Manoel Carlos B. Reflexões acerca da política de lazer da cidade de Vitória: concluindo. In: CARVALHO, Mauri de; MAIA, Adriano (Org.). **Ensaio: educação física e esporte.** Vitória: UFES/Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na transformação da realidade**. Disponível em: <www.aatr.org.br>. Acesso em 10 jan. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ULTRAMARI, Clovis. Indicadores analíticos: um recurso de gestão e planejamento. In: KEINERT; KARRUZ, Ana Paula (Org.). **Qualidade de vida: observatório, experiências e metodologias**. São Paulo : Annablume : Fapesp, 2002.

VELLANES, Paulo de Tarso. A Fábrica São Braz como referência na memória social de Plataforma. In: MEZES, Jaci Maria Ferraz de (Org.). **Educação na Bahia**. Coletânea de textos. Projeto memória da educação na Bahia. Salvador: Editora da Uneb, 2001.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado de cidade e de cidadania no início do século XXI. In: **KEINERT**, Tânia Margarete Mezzomo; **KARRUZ**, Ana Paula (Org.). **Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias**. São Paulo : Annablume: Fapesp, 2002.

WERNECK, Christianne. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **Revista Motrivivência**, ano X, nº. 11, setembro, 1998.